



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ALBERTO VIANA DE CAMPOS FILHO

**TECITURAS SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, ECONOMIA
SOLIDÁRIA E TURISMO COMUNITÁRIO COMO TERRITÓRIOS
EDUCATIVOS NA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU***

Amargosa
2016

ALBERTO VIANA DE CAMPOS FILHO

**TECITURAS SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, ECONOMIA
SOLIDÁRIA E TURISMO COMUNITÁRIO COMO TERRITÓRIOS
EDUCATIVOS NA PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Tatiana Ribeiro Velloso.

Amargosa
2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

C198t Campos Filho, Alberto Viana de.
Técnicas sobre educação do campo, economia solidária e turismo comunitário como territórios educativos na pós-graduação *lato sensu*. / Alberto Viana de Campos Filho. – Amargosa, BA, 2016.
95 f.; il. color. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso.
Produto (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2016.
Bibliografia: fls. 93-100.

1. Educação do Campo. 2. Economia social. 3. Turismo. I. Velloso, Tatiana Ribeiro. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

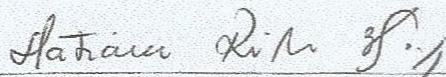
CDD – 379

ALBERTO VIANA DE CAMPOS FILHO

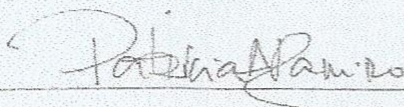
TECITURAS SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E
TURISMO COMUNITÁRIO COMO TERRITÓRIOS EDUCATIVOS NA PÓS-
GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação do Campo da
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,
Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos
Sociais e Educação, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre e aprovada pela
seguinte Banca Examinadora:

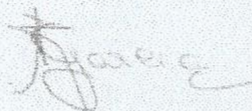
BANCA EXAMINADORA



Dra. Tatiana Ribeiro Velloso - orientadora
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Orientadora



Dra. Patrícia Alves Ramiro
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Dra. Rosineide Pereira Mubarak Garcia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Amargosa, 03 de ABRIL de 2016.

*À minha mãe D. Silvia e a meu
irmão Luiz que do mundo espiritual
sempre emanaram luz e coragem
nessa caminhada, e à memória de
todos e todas que tomaram na luta
pela reforma agrária e pela
regularização dos territórios dos
povos indígenas e quilombolas.*

AGRADECIMENTOS

À minha família pela paciência, renúncia, apoio incondicional e encorajamento, especialmente meu pai Alberto, minha esposa Jane, meu filho Guilherme, minhas irmãs Silvia e Marília e meu sobrinho Felipe;

À inesgotável paciência e ao crédito sincero e encorajador de Tatiana Velloso, minha orientadora, que sempre esteve disponível a co-criar esse trabalho comigo e com as comunidades do campo;

Aos colegas e às colegas e educadores do Mestrado em Educação do Campo da UFRB, pelo grande aprendizado coletivo, por tudo que compartilharam conosco e pelo apoio nos vários momentos difíceis dessa caminhada;

Aos meus alunos (as) da experiência docente na Licenciatura em Educação do Campo do CETENS/UFRB, pelo mútuo aprendizado e vivências na sala e na comunidade;

Às membras da banca pelas críticas profícuas e contribuição à pesquisa.

Às lideranças e membros das comunidades quilombolas e de assentamentos de reforma agrária envolvidos na pesquisa pela credibilidade e todo apoio ao trabalho, especialmente da comunidade do Kaonge, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, do Assentamento Baixão, do Assentamento Roseli Nunes e da Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê - ACVI;

Aos professores Henrique Oliveira do IFBA - Seabra, Gabriel Kraychete da UCSAL e Thyrso Maltez do IFBA-Salvador pelo engajamento na construção desse trabalho e compromisso com a classe trabalhadora do campo e da economia solidária;

E aos amigos e amigas e colegas de jornada do INCRA, das universidades, das comunidades do campo e da cidade, e das redes e centrais de apoio a educação do campo, à reforma agrária, ao turismo comunitário e à economia solidária especialmente Vital Jonas, Domingos Nascimento, Marcos Paiva, Rebecca Tapie, Rose Pedreira, Ises Chaves, Maria Aparecida, Flávia Cruz, Sérgio Rezende, Rachel Cossich, Martina Molinu, Ananias Viana, Júlia McNaugh e Marta Leiro, aos membros da COSPE, do SLOW FOOD, da UNISOL, da ABBTUR, da ANDA Brasil, do Fórum Estadual de Educação do Campo, do Fórum de Educação do Campo do Recôncavo e Vale do Jiquiriçá, e da Rede TURISOL que sempre me apoiaram com palavras de incentivo, orientações, documentos e oportunidades de aprendizado, ensino, pesquisa e extensão.

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a estudar de forma integrada os territórios educativos da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário. O problema da pesquisa é responder como a educação do campo pode contribuir para o fortalecimento do turismo comunitário, praticado sob os princípios da economia solidária, pelos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas? O objetivo geral do trabalho é pesquisar de que forma o turismo comunitário praticado sob os princípios da economia solidária pode ser abordado em processos educativos da educação do campo, a partir de uma proposta de intervenção, voltada prioritariamente para jovens e adultos de povos e comunidades do campo, das florestas e das águas, educadores do campo e técnicos da assistência técnica e extensão rural-ATER, que estejam envolvidos com essas comunidades. Tem como objetivos específicos apresentar um estudo que caracterize e inter-relacione os territórios educativos da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário demonstrando seus vínculos, convergências e proximidades dialógicas e também apresentar uma primeira aproximação de Projeto Político Pedagógico - PPP de curso de especialização nessas temáticas, inspirado no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Como pesquisa qualitativa e pesquisa-ação e como processo dialógico e dialético, procurou-se envolver as comunidades em todas as etapas da pesquisa. Utilizou-se as técnicas de diagnóstico rápido participativo e de grupo focal como metodologias de tecitura participativa e cooperativa, pesquisa bibliográfica e documental e de forma complementar registros fotográficos, notas de campo e observação participante. Concluiu-se que esta pesquisa atingiu os seus propósitos. Respondeu ao problema de como a educação do campo pode contribuir para o fortalecimento do turismo comunitário, praticado sob os princípios da economia solidária, pelos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas. Atendeu aos seus objetivos, apresentando um estudo que caracterizou e inter-relacionou os territórios educativos da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário demonstrando seus vínculos, convergências e suas proximidades dialógicas, e apresentou uma proposta de um Projeto Político Pedagógico - PPP de curso de especialização inspirado no PRONERA nestas temáticas, que vai de encontro a demandas apresentadas pelos sujeitos do campo envolvidos na pesquisa. Diante disso, e das oportunidades e possibilidades elencadas, espera-se que os elementos que esta pesquisa trouxe possam contribuir na tecitura de novos territórios de esperança para os povos e comunidades do campo, das florestas e das águas.

Palavras-chave: Educação do campo. PRONERA. Economia solidária. Turismo comunitário. Territórios educativos.

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo estudiar de manera integrada los territorios educativos de la educación campesina, de la economía solidaria y del turismo comunitario. El problema de la investigación trata de responder cómo la educación del campo puede contribuir para el fortalecimiento del turismo comunitario, practicado bajo los principios de la economía solidaria por los pueblos y comunidades del campo, del bosque y de las aguas. El objetivo general de este estudio es investigar cómo el turismo comunitario, practicado bajo los principios de la economía solidaria, pueden ser retratados en los procesos educativos de la educación del campo a partir de una propuesta de intervención, dirigida principalmente a los jóvenes y adultos y las comunidades del campo, del bosque y de las aguas, educadores del campo y técnicos de la asistencia técnica y extensión rural - ATER, involucrados con estas comunidades. La investigación tiene como objetivos específicos presentar un estudio que caractericé e interrelacione los territorios educativos de la educación del campo, de la economía solidaria y del turismo comunitario demostrando sus vínculos, convergencias y proximidades dialógicas, además de presentar una primera aproximación del Proyecto Político Pedagógico – PPP del curso de especialización en estos temas, inspirados por el Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria - PRONERA. Como investigación cualitativa e investigación-acción y, como proceso dialógico y dialéctico, tratamos de involucrar a las comunidades en todas las etapas de la investigación. Fueron utilizadas técnicas de diagnóstico rápido participativo y de grupos focales como metodologías de tesitura participativa y cooperativa, investigación bibliográfica y documental y, de manera complementaria, los registros fotográficos, notas de campo y observación participante. La investigación cumplió su propósito al contestar como la educación campesina puede contribuir para el fortalecimiento del turismo comunitario, practicado a la luz de los principios de la economía solidaria, por comunidades del campo, de los bosques y de las aguas. Los objetivos fueron alcanzados al presentar un estudio que ha caracterizado e inter relacionado los territorios educativos de la educación del campo, de la economía solidaria y del turismo comunitario, demostrando sus vínculos, convergencias y proximidades dialógicas, además de presentar una propuesta de Proyecto Político Pedagógico - PPP del curso de especialización inspirado en el PRONERA bajo estas temáticas, la cual viene de encuentro a demandas presentadas por los sujetos del campo involucrados en esa investigación. En ese contexto y frente las oportunidades y posibilidades relacionadas, esperase que los elementos de la presente investigación puedan contribuir en la tesitura de nuevos territorios de esperanza para las comunidades del campo, de los bosques y de las aguas.

Palabras chabes: Educación del campo. PRONERA. Economía solidaria. Turismo comunitario. Territorios educativos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Contextualização	10
1.2 Da importância e das justificativas desta pesquisa	14
1.3 Da importância do PRONERA nesta pesquisa	19
1.4 Dos objetivos desta pesquisa	23
1.5 Do percurso metodológico e categorias de análise	24
2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EDUCAÇÃO DO CAMPO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO COMUNITÁRIO	34
2.1 Identificação do curso	34
<i>2.1.1 Perfil desejado dos candidatos</i>	<i>34</i>
<i>2.1.2 Período de inscrição e seleção</i>	<i>35</i>
<i>2.1.3 As inscrições serão realizadas via internet, através do link no site da UFRB</i>	<i>35</i>
<i>2.1.4 Documentos exigidos para a inscrição</i>	<i>35</i>
<i>2.1.5 Documentos exigidos para matrícula</i>	<i>35</i>
<i>2.1.6 Condições de seleção</i>	<i>36</i>
<i>2.1.7 Critérios para ingresso</i>	<i>36</i>
<i>2.1.8 Condições de matrícula</i>	<i>36</i>
<i>2.1.9 Entidades parceiras</i>	<i>36</i>
<i>2.1.10 Definição clara e precisa das responsabilidades e atribuições a serem efetivamente assumidas por cada um dos parceiros durante a execução total do projeto</i>	<i>37</i>
2.2 Histórico de atuação em pesquisa e atividades acadêmicas do centro envolvido	38
2.3 Justificativa (fundamentação para a oferta do curso)	40
<i>2.3.1 Pressupostos teóricos que fundamentam a proposta pedagógica do projeto com respectivas referências bibliográficas observando a produção acadêmica sobre a educação do campo, turismo comunitário e economia solidária</i>	<i>40</i>

<u>2.3.1.1 Território educativo</u>	40
<u>2.3.1.2 Educação do campo e PRONERA</u>	41
<u>2.3.1.3 Economia solidária</u>	46
<u>2.3.1.4 Turismo comunitário</u>	50
<u>2.3.1.5 Entrelaçando educação do campo, economia solidária e turismo Comunitário</u>	55
2.4 Objetivos	59
<i>2.4.1 Objetivo geral</i>	<i>59</i>
<i>2.4.2 Objetivos específicos</i>	<i>60</i>
2.5 Metodologia de ensino	60
2.6 Organização e funcionamento acadêmico e administrativo do curso	68
<i>2.6.1 Linhas de pesquisa</i>	<i>68</i>
<i>2.6.2 Estrutura Curricular</i>	<i>69</i>
<i>2.6.3 Detalhamento das unidades formativas</i>	<i>70</i>
<u>2.6.3.1 Cronograma de realização</u>	70
2.7 Formas para proporcionar a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do desenvolvimento do curso: práticas educativas, proposta curricular, atividades de pesquisa etc.	71
2.8 Atividades complementares	71
2.9 Critérios de avaliação: aproveitamento e frequência	72
<i>2.9.1 Frequência</i>	<i>72</i>
<i>2.9.2 Avaliação</i>	<i>72</i>
2.10 Trabalho de Conclusão de Curso	72
2.11 Relação de docentes por linha de pesquisa	73
2.12 Produção e defesa do TCC	73
2.13 Certificação: requisitos e responsabilidade	73

2.14 UFRB: ESTRUTURA CURRICULAR COM RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS, SEU CARÁTER OBRIGATÓRIO OU OPCIONAL, CARGA HORÁRIA, CREDITAÇÃO, EMENTA, BIBLIOGRAFIA BÁSICA/FONTES DE PESQUISA	74
2.15 Infraestrutura existente: indicação de instalações, equipamentos, recursos bibliográficos e apoio técnico e administrativo disponíveis, identificando o que será utilizado para a proposta de curso	88
<i>2.15.1 Instalações</i>	88
<i>2.15.2 Biblioteca</i>	88
<i>2.15.3 Apoio técnico e administrativo</i>	88
2.16 Planilha orçamentária	89
2.17 Recursos financeiros (existentes e a serem obtidos, explicando se existe participação das agências de fomento)	89
2.18 Corpo técnico administrativo	89
2.19 Relação de professores com titulação, regime de trabalho e disciplina a ser ministrada. Anexar os respectivos currículos lattes e a comprovação da titulação acadêmica mais alta (dispensável para os membros de corpo docente permanente do curso de pós-graduação <i>strictu sensu</i> da UFRB)	89
2.20 Anuência dos centros	89
2.21 Regimento interno do curso	89
3 TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A discussão do tema da questão agrária brasileira tem relevância para os sujeitos coletivos do campo, das florestas e das águas e de suas organizações de apoio, e para todos que desejam um país mais justo e igualitário do ponto de vista social, econômico, ambiental, cultural e político.

Em que pese a contribuição do modo de vida e da produção familiar e artesanal dos povos do campo, das florestas e das águas para a economia, para o meio ambiente, para a segurança e soberania alimentares, para a cultura, para a paisagem e para questões sociais e políticas, sempre predominou nos governos a opção pelo incentivo ao modelo agrário exportador e produtor de *commodities*, sob o paradigma do capitalismo agrário, que dentre outros aspectos negativos absorve pouca mão de obra, contribui para o êxodo rural, concentra terra e renda numa pequena classe privilegiada, quase sempre utiliza agrotóxicos, e causa impactos negativos ao meio ambiente, à saúde pública e a agrobiodiversidade alimentar do país.

Nas zonas exploradas pelo turismo convencional, notadamente no litoral, os efeitos negativos desse paradigma se apresentam através de uma dinâmica territorial que inclui a especulação imobiliária, a expulsão dos povos e comunidades tradicionais das suas áreas de moradia, circulação e trabalho, como a pesca artesanal e a mariscagem, e pela apropriação da terra por grandes grupos empresariais internacionais, sob a mesma lógica do que acontece nas áreas dominadas pelo agronegócio.

O paradigma da questão agrária remete à existência do campo como espaço de vida e reprodução da vida, é tecido pelo campesinato, que compreende o conjunto de famílias camponesas existentes em um território, que vive e produz sob lógica diferente daquela presente no paradigma do capitalismo agrário, e que na sua diversidade insere-se uma multiplicidade de autodenominações como: quilombolas, povos das florestas, agroextrativistas, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária, ribeirinhos, dentre outros (CARVALHO & COSTA, 2012).

Nesta pesquisa, os sujeitos que tecem o campesinato brasileiro estarão denominados como povos e comunidades do campo, das florestas e das águas. Em se tratando de uma pesquisa que envolve o tema do turismo e o estado da Bahia, que detém

a maior faixa litorânea do país, é importante destacar a existência e resistência dos povos e comunidades do mar, constituídos sobremaneira pelos que realizam atividades extrativistas de pesca e cultivo e coleta de mariscos, onde incluem-se também indígenas e quilombolas, que, pelo caráter múltiplo das suas atividades cotidianas, podem ser identificados por quaisquer uma das quatro formas sugeridas no estudo, respeitando-se aquela que o povo ou comunidade se autodenomine.

O campo do paradigma da questão agrária é composto de tensões e de conflitos que atentam contra as condições mínimas da permanência e expansão dos seus diferentes sujeitos. As soluções para essas tensões e conflitos perpassam várias dimensões, desde a necessidade da desconcentração fundiária e a consequente democratização do acesso e permanência na terra através da reforma agrária e da regularização de territórios indígenas e quilombolas, e também pela superação da falsa contradição campo/cidade, de caráter discriminatório do rural como atraso e do urbano como desenvolvido.

Essas soluções passam igualmente pelo fim do trabalho em condições análogas às de escravo, pelo fim da violência e criminalização de lideranças e ativistas dos movimentos sociais e sindicais do campo, pela redução e eliminação do uso de agrotóxicos, pelo acesso universalizado à água e pelo provimento pelo estado das condições de infraestrutura, assistência técnica de forma regular, e outras pautas de garantias de direitos individuais e coletivos dos trabalhadores rurais.

A reivindicação de uma educação pública, universal e de qualidade está historicamente compondo nessa pauta. Foi assim, partindo de iniciativas de educação não formal e fazendo o enfrentamento dessas ausências que os movimentos sociais e sindicais do campo conseguiram fomentar a criação e manter em funcionamento até hoje, mesmo diante de dificuldades, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, como política pública de educação do campo forjada no âmbito das contradições na esfera do direito à educação.

Ao longo dos seus 18 anos de existência, o PRONERA alcançou uma série de conquistas a favor do público do Programa Nacional de Reforma Agrária, especialmente para os jovens e adultos de projetos de assentamento de reforma agrária criados e reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Hoje, essa política abrange outros sujeitos do campo, como os jovens e adultos de comunidades quilombolas, extrativistas e, no caso de cursos de pós-graduação, técnicos

dos programas oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, e servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O universo potencial de intervenção do PRONERA na Bahia é composto de 49.120 famílias assentadas numa área de 2.007.805,21 hectares, distribuídos em 668 projetos de assentamentos criados ou reconhecidos desde 1985 (incluindo as Reservas Extrativistas -RESEX, criadas pelo IBAMA), segundo dados do INCRA de fevereiro de 2016. Segundo informações da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA – BAHIA, em fevereiro de 2016, responsável pela regularização de territórios quilombolas, existem aproximadamente 8.000 famílias cadastradas nos territórios quilombolas com Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID, sendo a Bahia o estado com o maior quantitativo do Brasil, totalizando 660 comunidades.

Uma das conquistas do PRONERA foi a oferta de cursos de nível superior - graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento demandadas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, como sujeitos coletivos de direitos. Assim, pedagogia, engenharia agrônoma, direito, enfermagem, serviço social, letras, jornalismo, medicina veterinária, história, geografia, agroecologia, educação do campo, economia solidária e outros poucos campos do conhecimento ou territórios educativos foram adentrados pelos jovens e adultos da reforma agrária.

Por outro lado, o PRONERA ainda não logrou alcançar demandas emergentes de outras áreas do conhecimento, como aquelas voltadas para algumas atividades não agrícolas, como o artesanato, a produção cultural e o turismo comunitário, praticados sob os princípios da economia solidária, por jovens e adultos de assentamentos, comunidades quilombolas, reservas extrativistas e outros povos e comunidades do campo, das florestas e das águas, como pluriatividades, entendendo-se o campo e a agricultura na sua multifuncionalidade¹.

Diante dessa lacuna, essa pesquisa se propõe a unir em um mesmo estudo, de forma inédita no Brasil, três campos do conhecimento ou territórios educativos afins a esse público: educação do campo, economia solidária e turismo comunitário, e responder

¹ A pluriatividade pode ser designada de diferentes formas. No caso deste estudo refere-se a uma estratégia dos próprios agricultores, que visa a integrar atividades não agrícolas ao seu núcleo vital e social que é o estabelecimento familiar, implicando na reconstrução de sua própria identidade profissional (WANDERLEY, 2000). A multifuncionalidade do campo também pode ser interpretada de várias formas. No caso deste estudo refere-se às funções econômicas, socioculturais e ambientais dos agricultores familiares e da agricultura (CANDIOTTO, 2009).

ao seguinte problema: como a educação do campo pode contribuir para o fortalecimento do turismo comunitário, praticado sob os princípios da economia solidária, pelos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas?

Consciente que essa tecitura apenas começa nessa pesquisa, e que os pontos de partida e de chegada estão na realidade das comunidades quilombolas e assentamentos e demais comunidades que praticam o turismo comunitário, apresentamos este estudo como fruto do processo de apreensão dessa realidade e de proposta de intervenção, objetivando sua transformação para melhor, como um processo de educação emancipatória.

Esta pesquisa apresenta como primeira ação uma proposta de educação continuada na forma de um Projeto Político Pedagógico de um Curso de Especialização em Educação do Campo, Economia Solidária e Turismo Comunitário inspirado no PRONERA. Como proposta de intervenção prevê ações subsequentes e paralelas que serão apresentadas ao fim do trabalho.

Esta proposta é apresentada em caráter de primeira aproximação, uma vez que há elementos do ponto de vista científico e operacional que só serão dados com o seu prosseguimento para efetivação, através da UFRB e suas organizações parceiras.

Este trabalho é fruto de aprofundamento de estudos acadêmicos, de participação em eventos técnicos, científicos e da sociedade civil, e de vivências e, sobretudo, aprendizados junto aos movimentos sociais e sindicais do campo comprometidos com a questão agrária e perante comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária que praticam o turismo comunitário na Bahia e em outros locais do Brasil, que são acompanhados pelo autor do trabalho nos últimos 10 anos.

Complementam esses estudos as observações e aprendizados de 21 anos de atuação como analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na Bahia, e na Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (incluindo atuações nos Programas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, de atividades não agrícolas/turismo comunitário – TERRA SOL e de Educação do Campo - PRONERA).

Também abrange observações da vivência como docente e pesquisador convidado de instituições de educação superior, e da experiência na licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, na UFRB, no componente curricular Economia Solidária e Cooperativismo, realizada como exercício docente durante as atividades curriculares do mestrado.

Considerando a atuação como voluntário nas comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, em Cachoeira – BA, que protagonizam o Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade, e como integrante de redes e articulações da academia e da sociedade civil no âmbito do turismo comunitário no Brasil e da América Latina, em seu processo de ressignificação e de educar-se, o autor do trabalho deseja ser visto aqui prioritariamente como aprendiz, educador e pesquisador vinculado às lutas dos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas na luta pela garantia dos seus direitos.

1.2 Da importância e das justificativas desta pesquisa

Diversos fatos são indicadores da importância desta pesquisa com as temáticas do turismo comunitário e da economia solidária, no âmbito da educação do campo, para os sujeitos envolvidos em torno da questão agrária e do direito de permanência no território pelos povos e comunidades tradicionais do campo, das florestas e das águas.

Elencamos alguns, mostrando, dentre outros aspectos, que o direito à educação universal está previsto na Constituição Federal de 1988, assim como as possibilidades de formação pelo PRONERA, incluindo o turismo, conforme pontua Siqueira (2012) de que a Carta Magna não faz discriminações de nível de escolaridade nem de área de curso de graduação para prometer o direito de acesso à educação universal. Afirma ainda que a igualdade de oportunidade está aberta, de poder exercitar o direito à educação em todos os níveis, inclusive o superior e nos mais variados cursos existentes nas universidades brasileiras, sem nenhuma exceção. Portanto, não há impedimentos legais de se ofertar processos formativos envolvendo a temática do turismo comunitário e da economia solidária, consoante os princípios da educação do campo e do PRONERA.

Um dos motivos que justifica a realização desta pesquisa é a necessidade de reconhecimento por parte da academia que atua com a educação do campo, da importância do turismo comunitário como uma pluriatividade para as comunidades campesinas, e da multifuncionalidade do campo, assim como, por diversos outros motivos como os listados a seguir.

O turismo comunitário tem como pressuposto a comunidade como sujeita do processo de visitação; onde implantado tem gerado trabalho, renda, fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e dos sistemas de produção tradicionais e de base agroecológica, protagonismo de jovens e mulheres e resgate das manifestações

culturais, dentre outros fatores positivos, por isso deve ser apoiado por políticas públicas como as da educação para sua qualificação e expansão.

Nas comunidades que já recebem visitantes o turismo comunitário tem levado a uma visibilidade positiva dos assentamentos e das comunidades quilombolas na sociedade e na imprensa, aumentando a autoestima e o pertencimento das pessoas dessas localidades ao seu território, contribuindo para o seu enraizamento e revalorização da sua cultura.

Observa-se também que diversos elementos da cultura camponesa são inerentes à economia solidária e de valorização pelo turismo comunitário, como os conhecimentos e saberes camponeses expressados na estética, nos valores e nas diferentes formas de cultivos, criações e extrativismos inerentes à cotidianidade dos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas (TARDIN, 2013).

Segundo Bartholo, Bursztyn e Sansolo (2009) o turismo comunitário é um turismo que visa a construir vínculos, tecer redes de relações e reafirmar identidades. Nas comunidades com o potencial turístico estudado e que ainda não recebem visitantes há possibilidade de acontecer o mesmo, se o turismo for praticado consoante os princípios da economia solidária.

Apesar desses aspectos positivos, as comunidades que são sujeitas do turismo comunitário e da economia solidária demandam acesso a processos educativos para melhor qualificação da atividade e para elevação do grau de escolarização dos jovens e adultos, o que pode contribuir para a melhor gestão dos seus empreendimentos econômicos solidários – EES², e para maior apropriação de elos da cadeia produtiva do turismo, e conseqüentemente devendo impactar positivamente no trabalho e na renda local.

No entanto, inexistem processos educativos na temática de turismo e de outras atividades não agrícolas no âmbito das políticas de educação do campo, que possam reforçar o seu paradigma como atividade contra-hegemônica ou como proposta de turismo alternativa ao modelo convencional e ao turismo de massa.

Os cursos realizados pelo PRONERA também não trazem a temática do turismo comunitário, e esse tema não é recorrente em processos de formação de técnicos para a

² Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações coletivas e suprafamiliares de trabalhadores do meio urbano e rural que exercem a gestão democrática da atividade e a distribuição dos seus resultados, com foco na realização de atividades econômicas de modo permanente (BRASIL, 2016).

assistência técnica e extensão rural que vão atuar nas comunidades e nem faz parte do currículo de formação dos educadores das escolas do campo.

Com relação à economia solidária, no âmbito do PRONERA, embora tenha havido algum avanço na formação de técnicos e na de educadores do campo, o tema ainda não é tido como transversal nos projetos político pedagógicos e são poucas as formações específicas sobre o tema.

A respeito do perfil do trabalho da assistência técnica extensão rural – ATER para a agricultura familiar, em que pese ter havido algumas mudanças nos últimos anos, ainda se observa, sobretudo nos serviços prestados pela ATER governamental, o que argumenta Bruziguessi (2011, p.291), em que um:

[...] histórico do trabalho desenvolvido pela assistência técnica e extensão rural: autoritário, simplista, desarticulador de saberes, ineficaz e ineficiente. E que um importante passo para mudar esta realidade deve passar inevitavelmente pela formação de pessoas e profissionais que não sejam apenas acumuladores de conhecimentos, mas também cidadãos críticos, solidários, participativos, engajados na transformação do seu contexto histórico [...].

Portanto, os técnicos de ATER são sujeitos que precisam complementar a sua formação com conhecimentos de uma educação emancipatória, que inclua a economia solidária e outras práticas transformadoras que são protagonizadas nas comunidades como o turismo comunitário.

No Brasil, segundo dados do Ministério do Turismo, existem mais de 500 iniciativas de turismo comunitário (BRASIL, 2010). Na Bahia são mais de 40 comunidades com envolvimento com a temática do turismo e que são beneficiárias potenciais do PRONERA, a maioria articuladas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, conforme o Quadro 1.

Optou-se por demonstrar o rol dessas comunidades por território de identidade por ser uma unidade de planejamento mais afeita aos seus sujeitos do que a unidade intitulada zona turística, concordando com Velloso (2013), quando afirma que a regionalização por território considera a identidade do lugar, da convivência e da vivência como referência da cotidianidade dos seus sujeitos, o que converge com o propósito do turismo comunitário.

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Chapada Diamantina	Itaetê	Baixão
		Europa
		Santa Clara
		Roseli Nunes
	Itaetê/ Ibicoara/ Iramaia	Boa sorte
	Nova Redenção	Andaraí
		Santa Cruz / Bom Jesus Moreno
Lençóis / Rio de Contas	Rede Quilombola	
Recôncavo	Santo Amaro	Bela vista
		Eldorado
		Nova Suíça
		Paulo Cunha
	São Sebastião do Passé	São Domingos 3 de Abril
		Cachoeira
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Piemonte do Paraguaçu	Santa Teresinha	Comunidade Quilombola Campo Grande
Litoral Sul	Ibirapitanga	Paulo Jackson
	Arataca	Terra Vista
	Aurelino Leal	Cascata
	Ilhéus	Frei Vantuyr
		João Amazonas
	Itacaré	Pancada Grande
	Coaraci	Pedra Dourada
Extremo Sul	Itamaraju	Pau Brasil
	Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa	Resex Cassurubá
Costa do Descobrimento	Guaratinga	Lajedo Bonito
Baixo Sul	Valença	Santa Luzia
	Camamu	Dandara
	Nilo peçanha	São João
	Taperoá	17 de Abril
Vitória da Conquista	Cordeiros	Maria Zilda
Sisal	Santa luz	Lagoa do Boi
		Mucambinho

	Conceição do Coité	Nova palmares
Semiárido Nordeste II	Jeremoabo/ S. do Quinto	Caritá
Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim	Serra verde
	Jaguarari	Nova Jaboticaba
Litoral Norte e Agreste Baiano	Mata de São João	Barro Branco
Vale do Jiquiriçá	Cravolândia	Palestina
Bacia do Rio Grande	Luís Eduardo Magalhães	Rio de Ondas

Quadro 1. Localização das comunidades beneficiárias do PRONERA envolvidas com o turismo comunitário na Bahia por Território de Identidade e Município – 2015.

Fonte: Pesquisa documental (INCRA, 2015).

Outro aspecto de importância do tema desta pesquisa para o campesinato é ver que o turismo já é referenciado em diversos documentos dos movimentos sociais e sindicais do campo como o intitulado “O Campesinato do Século XXI” de autoria da Via Campesina, e do documento final do Fórum Social Mundial de 2009, que são corroborados pela afirmação de Willian Clementino (2012, p. 1) da Via Campesina quando coloca que:

[...] a juventude hoje no campo é protagonista das experiências alternativas no campo. As maiores experiências de agroecologia, de lidar com a terra, produzir alimentos sem veneno, exploração do turismo rural, com potencial sustentável, econômico e financeiro tem sido experiências da juventude [...].

No âmbito acadêmico, a importância do turismo comunitário como território educativo é vista pela crescente abordagem em teses, dissertações, trabalhos de conclusão de cursos de graduação, e em projetos de extensão e na pesquisa, como demonstrado nos quatro exemplos a seguir.

O Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, que em 2009 editou o livro *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, organizado por Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, há um coordenado pela Profa. Teresa Mendonça (UFRRJ), que realiza um mapeamento do turismo comunitário no Brasil e uma biblioteca virtual sobre o tema.

Na Universidade de Brasília - UNB, há uma pesquisa coordenada pela Profa. Helena Costa, sobre turismo de base comunitária, com o objetivo geral de compreender se o arcabouço teórico construído em torno do TBC está se materializando, na prática,

como algo viável e exequível. E na Região Nordeste, um dos projetos de pesquisa é o Projeto Turismo de Base Comunitária em Assentamentos Rurais Nordestinos coordenado pela Profa. Patrícia Alves Ramiro da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, realizado com apoio do CNPq, que inclui assentamentos da Bahia, do Ceará e da Paraíba.

A existência dessas pesquisas reforça a contemporaneidade e necessidade da UFRB contribuir nesse cenário, considerando que a Bahia é um dos estados com maior número de comunidades envolvidas com o tema no Brasil, grande parte delas localizadas no seu entorno no Território de Identidade Recôncavo Baiano e na Zona Turística Baía de Todos os Santos - BTS, que também detém experiências significativas no âmbito da economia solidária.

Segundo dados do Observatório de Turismo da Bahia, a Secretaria Estadual de Turismo estimou o fluxo turístico da Bahia de 2014 em cerca de 14 milhões e meio de pessoas (BAHIA, 2016). Em 2015, cerca de 151.600 estrangeiros vieram ao estado, sendo 142.249 por via aérea, representando o terceiro maior fluxo entre os estados brasileiros. A zona turística que mais recebe visitantes é a BTS por incluir Salvador, seu maior portão de entrada. Esses números incluem os visitantes que vem visitar comunidades que protagonizam o turismo comunitário, embora os poderes públicos ainda não tenham se preocupado em quantificá-los oficialmente.

1.3 Da importância do PRONERA nesta pesquisa

A justificativa de focar o PRONERA como política de referência nesse estudo se deve ao percurso histórico dessa política, tanto do ponto de vista epistemológico, como metodológico, político e social. O protagonismo dos movimentos sociais e sindicais do campo como fator de formulação e manutenção do PRONERA até hoje como uma política pública em funcionamento, é uma constatação que a literatura da educação do campo tem registrado comumente.

Convém destacar também o papel dos educadores das instituições de ensino públicas, notadamente das universidades no fortalecimento desse processo histórico da política, e o papel dos asseguradores do PRONERA no INCRA, conforme reporta Maria Isabel Antunes-Rocha, ao se referir a esses profissionais que foram educandos de um curso de especialização em educação do campo na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG:

[...] um coletivo que assume a dimensão econômica, política, social e cultural de suas ações, seja como sujeitos particulares ou como sujeitos inseridos em uma instituição pública. Um coletivo que politiza sua prática, que sabe que ela não é neutra, pois está clivada pela sociedade de classes, pela oposição de interesses entre a agricultura patronal e a agricultura camponesa [...] (ANTUNES-ROCHA, 2015, p. 204).

Observa-se como resultados do PRONERA a efetividade dos cursos propostos em todos os níveis de ensino, a qualidade do perfil dos egressos, a notoriedade da produção científica sobre o programa, publicações editadas, pesquisas de graduação, mestrado e doutorado realizadas sobre o tema, conforme dados das três pesquisas realizadas pelo PRONERA, a de 2003 composta de estudos de casos, a I Pesquisa Nacional - PNERA realizada entre 2004/2005, e a II PNERA conclusa em 2015, com dados de 1998 a 2011.

Os resultados da II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PNERA – mostram, dentre outros dados, que, na escala nacional, o Pronera promoveu a realização de 320 cursos nos níveis EJA fundamental, ensino médio e ensino superior, envolvendo 82 instituições de ensino, 38 organizações demandantes e 244 parceiros, com a participação de 164.894 educandos. Desse montante de cursos, 54 foram de nível superior, dentre eles 42 de graduação e 12 de pós-graduação nas modalidades especialização e residência agrária.

Na Bahia até 2001 foram realizados 13 cursos de EJA, 8 de nível médio, 2 de nível superior, totalizando 23 cursos pactuados, mas que na prática totalizaram 190 cursos concomitantes em 114 municípios. Quanto ao número de ingressantes/matriculados, a Bahia teve 21.767, sendo 234 em cursos de nível superior (o que representa o maior percentual do país), e desses 177 concluíram os cursos. Os 2 cursos de nível superior até então conclusos foram os de graduação em Pedagogia da Terra e de Licenciatura em Letras, ambos com 2 turmas concomitantes.

Segundo dados verificados na superintendência regional do INCRA - Bahia, complementados pelos resultados da PNERA, de 2012 a 2016, com relação a educação superior no PRONERA, a Bahia concluiu 1 curso de pós-graduação na modalidade Residência Agrária e 1 curso de graduação em Ciências Agrônomicas, e iniciou 2 cursos de graduação em direito e 1 de graduação em agroecologia (esse pactuado com a UFRB).

Vê-se, então, que a oferta de cursos de nível superior do PRONERA na Bahia é restrita a determinados campos do conhecimento e que não contemplou a maioria dos jovens e adultos das comunidades quilombolas e das comunidades de reservas extrativistas que praticam o turismo comunitário na Bahia. Este programa atendeu

prioritariamente as populações dos acampamentos e dos assentamentos de reforma agrária e a cursos de nível superior em apenas três áreas do conhecimento, Educação (Pedagogia e Letras), Ciências Agrárias (Agronomia e Agroecologia) e Ciências Sociais Aplicadas (Direito).

Fora a política do PRONERA, apenas as licenciaturas em Educação do Campo do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO tem atendido de forma mais ampla os jovens e adultos do campo baiano, nas áreas de Linguagem, Código e suas Tecnologias e na de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, através de universidades estaduais e federais no estado.

Ao examinar Projetos Políticos Pedagógicos – PPP - de cursos do PRONERA na Bahia, dentre os realizados e aprovados para realização, nos níveis médio e superior, verificou-se a ausência de conteúdos de abordagem direta ao tema das atividades não agrícolas (como turismo, artesanato e gastronomia), mesmo em comunidades com potencial turístico estudado ou com atividade atual de turismo.

Foram verificados os PPP dos cursos de Engenharia Agrônômica, técnico em Agropecuária, tecnólogo em Agroecologia e Pedagogia da Terra, revelando que há a necessidade de educadores do campo com o olhar para as pluriatividades dos agricultores familiares e para a multifuncionalidade do campo na elaboração dos projetos de cursos.

Estes elementos sobre a realidade do PRONERA, também demonstram a importância do programa em oportunizar um direito garantido pela Constituição Federal de acesso à educação, e por outro lado, revela que existe um vazio a ser preenchido para atingir uma maior parcela do seu público potencial, através de propostas de formação inicial e de formação continuada nas das mais diversas áreas do conhecimento pertinentes à realidade e às potencialidades do campo, como as formações voltadas para o estudo das atividades não-agrícolas, como o turismo comunitário.

A necessidade desses cursos na área de turismo que o PRONERA e outras políticas de educação do campo podem atender, é expressada por parte de representantes de assentamentos e de comunidades quilombolas e reconhecida por educadores e gestores públicos como necessárias aos técnicos da ATER, conforme o documento Demandas para o Desenvolvimento e Fortalecimento do Turismo Comunitário e Solidário nas Comunidades Rurais de Assentamentos na Bahia, de autoria do convênio INCRA/FUNDESF/ TERRASOL (FUNDESF, 2013), e das discussões ocorridas em campo nessa pesquisa junto às comunidades de referência, conforme descrito.

A defesa do turismo comunitário praticado sob os princípios da economia solidária e como território educativo na educação do campo, e de possível atendimento pelo PRONERA está baseada principalmente pelo amplo rol de atividades direta e indiretamente envolvidos com a recepção de visitantes, que de forma controlada traz impactos positivos na geração de trabalho e renda e nas dimensões sociais, ambientais, culturais e políticas do desenvolvimento das comunidades e dos territórios. E quanto mais elos da cadeia produtiva os sujeitos das comunidades se apropriarem como protagonistas e se articularem para formação de parcerias, tecendo suas redes de relações, mais impactos positivos a atividade deverá trazer nas suas vidas.

É comum ver em assentamentos que já foram atendidos por cursos do PRONERA de alfabetização, de educação básica e de educação superior em outras áreas do conhecimento, o fornecimento de atividades autogestionárias de turismo, como condução de visitantes, oferta de roteiros temáticos, serviços de alimentação, hospedagem familiar e comunitária, apresentações artísticas, festas cívicas e religiosas e o incremento na venda direta de produtos localmente produzidos (beneficiados e in natura), que envolve jovens, mulheres, idosos (griôs) e crianças e repercute no enraizamento, pertencimento, autoestima e na cooperação e no associativismo.

Com a formação em turismo tanto no nível médio como superior, pode-se avançar para ter-se guias de turismo das próprias comunidades, como também tecnólogos em gestão de turismo e bacharéis em turismo. Esse último profissional, a ser formado pelo PRONERA a partir de uma proposta crítica e multidisciplinar terá capacidade mais ampla de favorecer o protagonismo no turismo comunitário e consequentemente de empoderamento da comunidade.

Na Bahia, onde não há tradição do tema do turismo na formação do profissional da assistência técnica e nem dos educadores das escolas do campo, o acesso a um curso de pós-graduação através do PRONERA ou no âmbito de outras políticas afins, que tenha o turismo comunitário como um dos eixos centrais, ao lado da economia solidária e da educação do campo como territórios educativos, deverá impactar positivamente nas comunidades rurais protagonistas do turismo comunitário, assim como em outras que serão despertadas para tal a partir da proposta de formação continuada que é desenvolvida no presente estudo.

Essa defesa de processos formativos em turismo comunitário também está baseada nos aspectos normativos das diretrizes da Política Nacional de ATER que prevê

a inserção da atividade de turismo em projetos de assistência técnica como critério de qualificação (BRASIL, 2004), e também nas diretrizes do PRONERA que cita a necessidade de diálogo e interlocução com outras políticas públicas como o TERRA SOL, que é eminentemente focado em atividades não agrícolas, como o turismo comunitário em assentamentos de reforma agrária (BRASIL, 2016).

A priorização da proposta de um projeto político pedagógico de especialização nas temáticas da educação do campo, economia solidária e turismo comunitário vem atender esse anseio e também aproveitar a disponibilidade da UFRB de ofertá-lo considerando a sua trajetória nas temáticas de economia solidária (e cooperativismo popular) e da educação do campo, e da integração da trajetória do autor deste trabalho e do Instituto Federal Tecnológico - IFBA (como entidade parceira desta proposta) no turismo comunitário.

1.4 Dos objetivos desta pesquisa

Diante dessas considerações introdutórias que iniciam a tecitura entre os territórios educativos do turismo comunitário, da economia solidária e da educação do campo, e do problema já enunciado de responder como a educação do campo pode contribuir para o fortalecimento do turismo comunitário, praticado sob os princípios da economia solidária, pelos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas, apresenta-se os objetivos do trabalho.

O objetivo geral do trabalho é pesquisar de que forma o turismo comunitário praticado sob os princípios da economia solidária pode ser abordado em processos educativos da educação do campo, a partir de uma proposta de intervenção, voltada prioritariamente para jovens e adultos de povos e comunidades do campo, das florestas e das águas, educadores do campo e técnicos da ATER que estejam envolvidos com essas comunidades.

O primeiro objetivo específico da pesquisa é apresentar um estudo que caracterize e relacione os territórios educativos da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário demonstrando seus vínculos, convergências e suas proximidades dialógicas.

O segundo objetivo específico é apresentar uma primeira aproximação de Projeto Político Pedagógico - PPP de curso de especialização nessas temáticas, inspirado no

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, como proposta de formação continuada, que deverá ser ofertado pela UFRB em parceria com outras instituições.

1.5 Do percurso metodológico e categorias de análise

Como parte do percurso metodológico, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental em publicações científicas e aquelas de autoria dos fóruns e conselhos da economia solidária e fóruns da educação do campo e do turismo comunitário como o documento final do II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – ENERA; o documento final da reunião de 2012 e de 2015 do Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC; o documento final do II Encontro Nacional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - TURISOL; e documentos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES.

Pesquisou-se também projetos políticos pedagógicos de cursos do PRONERA e de especialização em educação do campo, como os projetos dos cursos de engenharia agrônoma, pedagogia da terra, técnico em agropecuária, tecnólogo em agroecologia e o de Residência Agrária em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e o de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro - UFRB.

Como pesquisa qualitativa e pesquisa-ação e como processo dialógico e dialético procurou-se envolver as comunidades em todas as etapas da pesquisa. A abordagem de pesquisa-ação adotada neste trabalho baseia-se em Thiollent (2011), que a caracteriza como uma pesquisa que tem o caráter de ser realizada em estrita associação com a resolução de um problema coletivo, no qual o pesquisador e membros das comunidades representativos do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo, e onde serão produzidos conhecimentos, adquiridos experiências e contribuído para avançar o debate acerca das questões abordadas. Essa abordagem também leva em conta também os conhecimentos trazidos pelos comunitários, como sujeitos portadores de saberes e educadores do campo.

A inserção dos conhecimentos gerados nas comunidades nesta pesquisa deu-se primeiro no resgate de documentos de demandas de qualificação em turismo anteriormente apresentados ao INCRA, e não contempladas pelas políticas de educação

do campo. Um dos documentos analisados foi da Fundação Juazeirense Para o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sociocultural e Ambiental - FUNDESF, intitulado Demandas para o Desenvolvimento e Fortalecimento do Turismo Comunitário e Solidário nas Comunidades Rurais de Assentamento na Bahia, e que é parte do Relatório de Metas do Convênio INCRA/FUNDESF/TERRA SOL/2013, apresenta demandas de qualificação (formação e qualificação) de 17 assentamentos de reforma agrária envolvidos com o turismo.

Dentre os temas mais solicitados por estas comunidades no referido documento estão: receptivo comunitário, associativismo, gestão, manejo de trilhas, condução de visitantes, busca e salvamento, idiomas, primeiros socorros, educação ambiental, artes cênicas e ecoturismo e elaboração de roteiros (FUNDESF, 2013).

O envolvimento das comunidades na pesquisa continuou com as etapas de campo, utilizando as técnicas de grupo focal e de diagnóstico rápido participativo – DRP - e registros fotográficos, notas de campo e observação participante no cotidiano dos sujeitos envolvidos, em atividades diárias e quando da participação em atividades lúdicas, produtivas e políticas organizadas pelos sujeitos pesquisados.

O grupo focal e o DRP foram utilizados nas duas iniciativas de turismo comunitário escolhidas pelo pesquisador para realizar em campo, o levantamento de demandas de temas a serem abordados em processos educativos de turismo, e também para realizar uma discussão com as comunidades sobre o seu papel como educadoras no curso de especialização proposto nesta pesquisa.

Utilizou-se como critérios para essa escolha das iniciativas pesquisas a forma de organização e de prática da autogestão, da solidariedade, da cooperação, da agroecologia, das pluriatividades, e do protagonismo em rede, e das suas participações ativas em fóruns e conselhos dos territórios de identidade e da economia solidária, e pelo seu potencial de transmissão desses saberes como comunidades educadoras do campo.

Assim, parte dos componentes curriculares deste curso será ministrado nessas comunidades e por sujeitos dessas, como detentores de conhecimentos em economia solidária e em turismo comunitário como está detalhado no projeto pedagógico do curso em estudo, complementando o conhecimento científico que será ministrado pelos educadores das universidades envolvidas.

Ao entender-se essas comunidades e seus movimentos como educadores, comunga-se com Gohn (2010) quando alerta que a relação do movimento com a educação

tanto ocorre pela interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, como também no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações coletivas.

Estabelecendo essa estratégia de integração da teoria com a prática, conhecimento científico e o conhecimento popular detentor de tecnologias sociais nas temáticas do curso, reconhece-se os movimentos sociais e sindicais como educadores coletivos com potencial pedagógico para contribuir com o curso de especialização, reconhece-se a educação do campo como a educação da luta social, da organização coletiva democrática, do trabalho cooperativo e associado, da cultura e história-memória-mística, conforme ilustram Dal Ri e Vieitez (2008) ao se referirem às matrizes educacionais do MST.

Essas matrizes vão de encontro ao identificado nas iniciativas pesquisadas que congregam diversos empreendimentos econômicos solidários – EES, específicos de turismo, como também de produção agropecuária e extrativista e de finanças solidárias.

Em todos os momentos de campo registrou-se das falas recorrentes dos sujeitos o que se relacionava com o tema da pesquisa, e ouviu-se dos representantes dos grupos de interesse dos empreendimentos econômicos solidários do turismo, as suas demandas de educação para o fortalecimento da atividade, e as suas experiências que irão contribuir na execução do curso proposto na pesquisa.

A primeira iniciativa como comunidade educadora priorizada neste estudo localiza-se na zona rural e ribeirinha do município de Cachoeira, no Território de Identidade Recôncavo e na Zona Turística Baía de Todos os Santos. Trata-se de um território quilombola composto por 14 comunidades, da Bacia e Vale do Iguape, que protagonizam o Núcleo de Turismo Étnico de Base Comunitária Rota da Liberdade – NUTERLI, que tem como sujeitos jovens e adultos que também vivem do extrativismo na Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape. A figura 1 traz o mapa do território Recôncavo.

Esse território quilombola tem cerca de 3.500 pessoas, e em sua maior parte ainda não tem concluído os processos de regularização fundiária, passando por tensões e conflitos de terra com proprietários rurais e sob ameaça potencial de impactos negativos de grandes investimentos que vem se instalando no seu entorno. Essas comunidades coordenam um movimento quilombola de articulação em todo o Território de Identidade do Recôncavo da Bahia, integrando comunidades de mais 3 municípios. Ressalta-se que, embora tenham uma ação de turismo implantada e funcionando de forma regular, os

quilombolas não recebem apoio e investimentos dos órgãos oficiais de turismo, que ainda não reconhecem a sua importância.

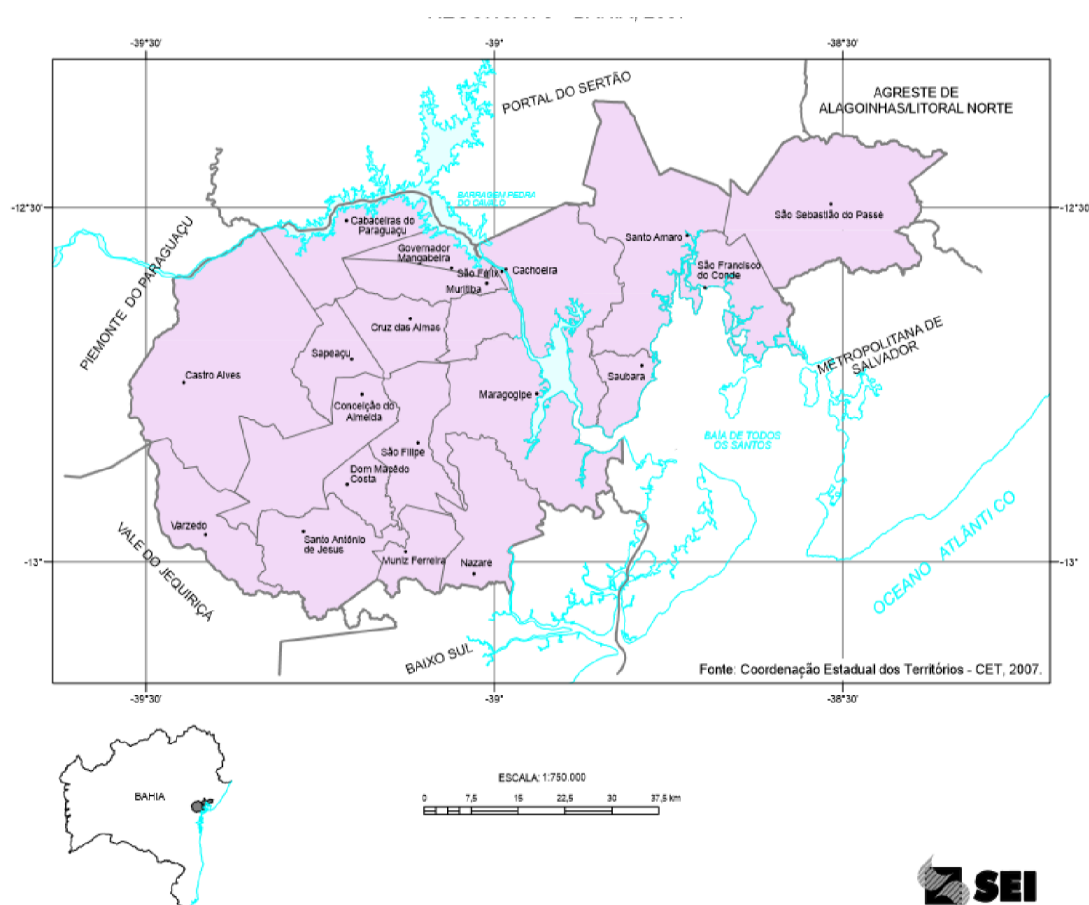


FIGURA 1. Mapa do Território de Identidade Recôncavo da Bahia (2015).

O processo de construção de temáticas de educação em turismo neste território quilombola, tendo o NUTERLI como iniciativa pesquisada, deu-se também no acompanhamento da realização da Festa da Ostra nos anos de 2014 e 2015, na reunião do Fórum de Educação do Campo do Recôncavo e Vale do Jiquiriçá, realizada em dezembro de 2015, na observação da participação das lideranças em reuniões do grupo de articulação do turismo comunitário da Bahia, ocorridas em julho de 2015, na participação deles nas reuniões da Câmara de Turismo da Zona Turística da Bahia de Todos os Santos e na Reunião do Conselho Estadual de Economia Solidária em agosto de 2015.

Em janeiro de 2016, na comunidade quilombola do Kaonge, pertencente ao território quilombola da Bacia e Vale do Iguape, e onde ocorre a maioria da visitação turística, foi realizada uma oficina temática sobre educação do campo e turismo,

utilizando-se a técnica de grupo focal. Todos os 12 participantes, na sua maioria mulheres, eram integrantes do núcleo de turismo étnico de base comunitária Rota da Liberdade - NUTERLI, além de membros da coordenação de articulação de territórios quilombolas do Recôncavo da Bahia, do conselho de comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape.

O objetivo geral da realização do grupo focal foi de estabelecer uma estratégia de integração da teoria com a prática, com o conhecimento científico e o conhecimento popular que a comunidade detém, como tecnologias sociais nas temáticas do turismo comunitário e da economia solidária, reconhecer o movimento quilombola como educador coletivo com potencial pedagógico para contribuir com o curso de especialização, com a sua luta social, organização coletiva democrática, trabalho cooperativo e associado, da cultura e história e memória.

Dessa forma iniciou-se uma discussão sobre as possibilidades das políticas de educação do campo, como o PRONERA, atenderem a demandas de educação de jovens e adultos do território desde a alfabetização até a participação em cursos de mestrado, nos diversos ramos do conhecimento, e principalmente no turismo, para fortalecer as atividades do Rota da Liberdade e dos demais empreendimentos econômicos solidários dessas comunidades quilombolas.

A síntese das diversas falas dos membros do grupo, que na sua maior parte externaram opiniões sobre a proposta de discussão, somada a percepções fruto de observações anteriores, trouxe a constatação de que em relação à importância de aumentar o grau de escolarização dos membros das comunidades a partir das políticas públicas como o PRONERA, o grupo foi unânime em reconhecer essa importância e a oportunidade, e em apoiar outros momentos de discussão mais amplos.

Também externaram que a decisão de estudar ou voltar a estudar é uma demanda de fórum íntimo de cada um, mas também uma necessidade para o desenvolvimento do território. Se preocuparam em saber onde seriam esses cursos e quem seriam os professores, pois já passaram e passam periodicamente por experiências discriminatórias no sistema público de ensino da região.

Constatou-se também que a maioria dos adultos e jovens de todo o território não tiveram acesso a programas de educação do campo. Alguns são alunos das licenciaturas em educação do campo do PROCAMPO, e nenhum teve acesso ao PRONERA. A proposta foi de retomar o assunto numa reunião ampliada com representantes de todas

comunidades do território com o envolvimento da coordenação de educação do campo da UFRB para ir-se depurando as demandas de educação básica e superior que possam ser acolhidas pelo PRONERA ou por políticas afins.

Com relação a demandas de formação em turismo foi feita uma introdução das possibilidades de formação e do perfil do profissional dos cursos de turismo de nível médio e de nível superior aprovados pelo Ministério da Educação. Os membros do Rota da Liberdade se autoavaliaram e reconheceram que têm necessidade de novos aprendizados para ganharem mais com a atividade de turismo, tanto do ponto de vista financeiro como político, reconhecendo que com o acesso a um maior grau de escolarização e formação em turismo poderão ocupar mais espaços na cadeia produtiva do setor, como guias de turismo e bacharéis em turismo. Uma das jovens integrantes do Rota já tinha externado essa vontade de se formar em turismo por seu histórico de participação no receptivo de visitantes da comunidade do Kaonge.

O grupo reconheceu a necessidade de aprofundar mais os temas discutidos para construir uma demanda qualificada a ser atendida pelas políticas de educação do campo e apoiou a proposta de curso de especialização, tendo pessoas da comunidade interessadas em serem alunas.

Com relação à contribuição dos membros do Rota e de outros empreendimentos da economia solidária do território quilombola como educadores do campo do curso de especialização, o grupo poderá contribuir com conhecimentos nas área de organização cooperativa, associativa e em rede, a diversidade e integração dos núcleos de produção na forma de autogestão, a experiência com gastronomia típica e a inserção de educadores das escolas da comunidade (como D. Juvani Nery e Jucilene Viana) nas atividades de turismo.

A comunidade também contribuirá no curso com a sua experiência de participação política nos fóruns e conselhos de economia solidária e de turismo, de experiência da gestão do Banco Solidário Quilombola do Iguape (BSQI), com a sua moeda social Sururu, e ainda a experiência com o Ponto de Cultura Expressão e Cidadania Quilombola gerido pelo Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape - CECVI, que tem sede no Kaonge.

A segunda referência de iniciativa de turismo comunitário escolhida para pesquisa de campo foi uma articulação composta de jovens e adultos de assentamentos rurais localizados no município de Itaetê, no Território de Identidade e Zona Turística Chapada

Diamantina. Envolve os assentamentos Baixão, Rosely Nunes e Europa organizados em torno da Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê - ACVI, que atua de forma articulada com as associações de cada assentamento e da Associação de Mulheres do Baixão e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

De forma mais ampla, a ACVI trabalha em rede com associações de condutores de outros municípios e com iniciativas de turismo de outros assentamentos (como o Poço Azul no Assentamento Andaraí em Nova Redenção) e atrativos do município, como o Poço Encantado e a caverna da Lapa do Bode (pertencente ao Assentamento Santa Clara), ambos em Itaetê.

No assentamento Baixão, que protagoniza o turismo desde 2003, há 25 famílias envolvidas com o turismo, desde a gestão da pousada comunitária, a hospedagem nas residências, aos condutores de visitantes que fazem a trilha da Cachoeira Encantada e pessoas que lidam com a gastronomia típica e com a organização das noites culturais, cavalgadas e com a festa de aniversário da comunidade.



Figura 2. Mapa do Território de Identidade Chapada Diamantina, destacando o município de Itaetê (2015).

O processo de construção de temáticas de educação em turismo nesta iniciativa da Chapada Diamantina deu-se com o resgate de documentos de demandas de formação e

qualificação construído até 2013 junto ao INCRA e a FUNDESF, já referenciado neste trabalho e na realização de uma oficina de diagnóstico rápido participativo no Projeto de Assentamento Baixão, no município de Itaetê.

A oficina de diagnóstico rápido participativo realizada no Assentamento Baixão, contou com 16 participantes integrantes da Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê-ACVI, da Associação dos Assentados do Baixão, da Associação de Mulheres do Baixão, da Associação do Assentamento Rosely Nunes, da Escola Família Agrícola de Colônia e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. Participaram como parceiros convidados o Prof. Henrique Andrade do IFBA/NEDET/Campus Seabra, Marleide Silva, técnica do NEDET e membro da comunidade quilombola Agreste de Seabra, Marcela de Marins da direção do Parque Nacional da Chapada Diamantina/ICMBIO/Palmeira, e Rose Pedreira, turismóloga e técnica de apoio da oficina.

Com relação à composição do grupo da oficina, a questão de gênero e geração esteve bem equilibrada com mulheres, adultos idosos e jovens, apesar da preocupação geral com a saída desses das comunidades por falta de oportunidades de trabalho mais bem remunerado e por falta de oferta de escolarização nos níveis médio e superior no entorno dos assentamentos.

O objetivo geral da realização da oficina foi o mesmo da atividade realizada com os quilombolas no Recôncavo, com a diferença do maior aprofundamento sobre o PRONERA, pelo maior conhecimento que o grupo da Chapada já detinha sobre o tema. Com relação à discussão de cursos na área de turismo, esta foi a primeira discussão de que eles participaram.

A discussão neste grupo visou a fortalecer as diferentes formas de turismo comunitário praticadas por eles, como o ecoturismo, o turismo rural e o turismo pedagógico e o cultural, e discutir pontos fortes e fracos referentes ao turismo e à economia solidária nas comunidades, como para referendar e construir juntos a proposta de especialização objeto deste estudo, servindo seus resultados como demandas de conhecimentos a serem abordados no curso e como conhecimentos que serão partilhados por eles, como comunidades educadoras junto com os discentes e docentes do curso.

A síntese das diversas falas e registros (desenhos e textos) dos membros do grupo, que na sua maior parte externaram opiniões sobre a proposta de discussão, tanto os jovens como os mais adultos, trouxe como reflexão que o grupo foi unânime em reconhecer a

importância das possibilidades de formação em turismo, e sua relação com o aumento do grau de escolarização dos membros das comunidades a partir das políticas públicas de educação do campo como o PRONERA.

Como estratégia metodológica, o grupo foi dividido em três subgrupos que traçaram a trajetória do turismo nas comunidades, e dos desejos para o futuro. Como fatores a contribuir para a melhoria do turismo nas comunidades, a educação na forma de cursos técnicos e de aperfeiçoamento, a melhoria das estradas de acesso e dos meios de comunicação com as comunidades e a necessidade de apoio dos poderes públicos nas três esferas de governo para a atividade de turismo apareceram nos três grupos.

Assim como no Recôncavo, os sujeitos que protagonizam o turismo nesses assentamentos da Chapada nunca foram contemplados por políticas oficiais de turismo, por ainda não reconhecerem a sua importância.

Foi externado por eles o desejo de ocupar mais espaços na cadeia produtiva do setor de turismo, embora tenham deixado bem claro o papel complementar que o turismo exerce e deva continuar a exercer na sua cotidianidade.

O grupo também reconheceu a importância de haver outros momentos de aprofundamento do tema como forma de construção de demandas qualificadas de cursos de turismo no âmbito da educação do campo, com apoio das ações do NEDET Chapada em parceria com a UFRB, onde poderão ser formados cursos de extensão e de formação.

Nessa oficina, algumas temáticas foram abordadas para serem contempladas em cursos a serem ofertados, destacando-se a formação de parcerias com agências de viagens e operadoras para promoção e comercialização, a convivência com o semiárido, agroecologia, tecnologias sociais para uso da energia solar, gestão de hospedagem, atualização para condutores de visitantes, captação de recursos pra projetos comunitários e confecção de artesanato típico e lembranças locais.

Parte desses temas será contemplada na proposta de pós-graduação a ser ofertada a partir dessa pesquisa, já havendo nessas comunidades pessoas formadas pelo PRONERA com nível superior, que podem participar do curso, além dos técnicos do NEDET Chapada do IFBA, que são potenciais interessados, conforme analisou o Prof. Henrique Oliveira presente na oficina.

Com relação à contribuição do grupo como educadores do campo para a realização do curso de especialização, foram identificados como pontos fortes a organização cooperativa, associativa e em rede, a experiência na formação de parcerias

(com outros atrativos do município e da região como o Poço Azul e o Poço Encantado, com o ICMBIO, com a Escola Família Agrícola, com as universidades), a gestão da hospedagem comunitária e da hospedagem familiar nas residências dos assentados, o uso das redes sociais como forma de promoção e comercialização e as narrativas das experiências positivas com os turistas.

Também se identificou neles a ligação do trabalho de turismo com o de conservação ambiental e a participação no comitê gestor do Parque Nacional da Chapada Diamantina, a expertise na gastronomia típica com produtos orgânicos, as visitas aos lotes produtivos, o manejo de trilhas e condução de visitantes nas cachoeiras, a participação política nos fóruns e conselhos de desenvolvimento territorial, a relação com o MST, a realização das rodas de conversas e noites culturais, e as festas das comunidades, cavalgadas e feiras no município.

Por fim, a experiência em articular as ações de turismo com as da brigada de incêndio e de educação ambiental e com as atividades de ATER serão saberes importantes a serem compartilhados na ocasião do curso.

Diante do referencial teórico preliminar e da experiência de campo da trajetória do pesquisador, definiu-se como categorias de análise desta pesquisa a Educação do Campo, o PRONERA, a Economia Solidária, o Turismo Comunitário e os Territórios Educativos, que serão problematizadas no Projeto Político Pedagógico elaborado neste estudo.

Foi priorizada a elaboração do PPP, a partir do roteiro regulamentado da UFRB, observando-se os princípios da educação do campo, de respeito à diversidade do campo, de temáticas voltadas para o desenvolvimento e de articulação com o mundo do trabalho, do controle social pelos beneficiários, da convergência com as reais necessidades dos alunos, da formação de profissionais da educação, levando em consideração as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo.

Foram observados também elementos do Manual do PRONERA compatíveis com a proposta, que serão explicitados no PPP, como o potencial de interação do curso com as demais políticas do INCRA como o TERRA SOL e a ATER.

2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EDUCAÇÃO DO CAMPO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO COMUNITÁRIO

2.1 Identificação do curso

Nome: Curso de Especialização em Educação do Campo, Economia Solidária e Turismo Comunitário

Centro Proponente:

Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade - CETENS

Nome da Coordenadora: Tatiana Ribeiro Velloso

Titulação: Mestre [] Doutor []

Identificação Única:

Área Básica: Ciências Sociais Aplicadas

Período Previsto para Início do Curso: Outubro de 2016

Forma de Ingresso: Anual

Número de Vagas: 30

Turno de Funcionamento: Matutino e Vespertino

Tempo de Integralização (meses): 18 meses.

Regime de Matrícula: anual

Carga Horária Total: 510 (quinhentos e dez) horas, sendo 357 (trezentos e cinquenta e sete) horas no tempo universidade (aulas no campus e em campo) e 153 horas no tempo comunidade. As 357 horas do tempo universidade serão distribuídas em 9 unidades formativas em média de 5 dias a cada 2 meses para o tempo universidade.

2.1.1 Perfil desejado dos candidatos

O curso é direcionado para portadores de diploma de curso superior que sejam jovens e adultos de povos e comunidades do campo, das florestas e das águas, ou de suas organizações de apoio, que estejam envolvidos ou que desejem se envolver com o turismo comunitário. Também é direcionado para técnicos da assistência técnica e da economia solidária e para educadores do campo que atuam nessas comunidades.

Poderão candidatar-se também profissionais graduados pelo PRONERA e por outras políticas de educação do campo e profissionais que atuam no turismo comunitário, preferencialmente da Bahia e de outros estados da região nordeste.

De forma complementar, poderão candidatar-se ao curso servidores públicos concursados lotados no INCRA e egressos dos cursos superiores de qualquer área, incluindo aqueles lotados nas entidades parceiras do curso, como os dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET da UFRB e do IFBA.

2.1.2 Período de inscrição e seleção

Divulgação do curso e do edital de inscrição/seleção: 1 outubro de 2016

Inscrição: 1 a 30 de agosto de 2016

Seleção: 17 a 21 de setembro de 2016

Resultado: 30 de setembro de 2016

2.1.3 As inscrições serão realizadas via internet, através do link no site da UFRB

Serão reservadas 10% das vagas para servidores técnicos-administrativos da UFRB, conforme Resolução CONSUNI 02/2009, desde que os mesmos atendam ao perfil do curso de especialização.

2.1.4 Documentos exigidos para a inscrição

Formulário próprio, declaração que comprove o enquadramento no perfil de beneficiário do curso; cópia do diploma de curso reconhecido pelo MEC ou de declaração de concluinte; currículo resumido.

2.1.5 Documentos exigidos para matrícula

Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF e originais dos documentos enviados na ocasião da inscrição. Declaração de dependência de beneficiário do PNRA nos casos cabíveis.

2.1.6 Condições de seleção

A seleção será realizada em única etapa através da análise de currículo e carta de intenção, e critérios complementares definidos pela comissão de seleção do curso.

A análise do currículo seguirá critérios expressos em um barema aprovado pela comissão de coordenação do processo seletivo do curso.

Na carta de intenção será avaliada a trajetória do candidato, o envolvimento no tema, a coerência e consistência da linguagem e das ideias e o conhecimento dos desafios da sua comunidade ou da sua esfera de trabalho.

2.1.7 Critérios para ingresso

Estar enquadrado no perfil desejado para o aluno, atender aos critérios de inscrição e seleção, ser aprovado na seleção, assinar termo de compromisso com o tempo do curso e de observação das normas estatutárias, regimentais e éticas da vida acadêmica da UFRB.

2.1.8 Condições de matrícula

A matrícula será presencial no campus CETENS, no período estipulado pela coordenação do curso.

2.1.9 Entidades parceiras

Instituto Federal da Bahia - IFBA

Universidade Católica do Salvador-UCSAL – ITCP

Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas e Artes – Campus I

Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia

Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Governo do Estado da Bahia

Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - UNISOL

Associação dos Condutores de Visitantes de Itaetê-ACVI

Associação do Assentamento Baixão

Associação de Mulheres do Assentamento Baixão

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape – CECVI
Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade
Movimento Internacional Slow Food

2.1.10 Definição clara e precisa das responsabilidades e atribuições a serem efetivamente assumidas por cada um dos parceiros durante a execução total do projeto

Caberá a cada uma das instituições de ensino parceiras contribuir com a disponibilização de professores nas suas áreas de conhecimento para complementar o corpo de professores da UFRB que irá lecionar no curso e para contribuir com o colegiado do curso e no aprofundamento da sua proposta nos aspectos didáticos, metodológicos e curriculares, a partir das expertises que já possuem nas áreas de economia solidária, turismo comunitário e educação do campo.

A UCSAL através da sua Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP tem uma larga experiência em estudos e formações em economia popular e solidária, incluindo estudos de viabilidade de empreendimentos econômicos solidários. O IFBA tem uma grande experiência em estudos e graduações na área de turismo e hotelaria, e educadores com experiência em tecnologias sociais e turismo em comunidades no Campus Salvador, e através do NEDET - Campus Seabra, em experiências de extensão em desenvolvimento territorial, assistência técnica e inserção em comunidades que praticam o turismo na Chapada Diamantina. A UFPB tem experiência em pesquisa e extensão em turismo em assentamentos nordestinos, e a UNISOL em processos de educação não formal em cooperativismo popular e economia solidária. O Movimento Internacional Slow Food tem experiência na temática de ecogastronomia e na proteção de produtos da agrobiodiversidade em risco de extinção nas comunidades rurais e extrativistas.

As organizações ligadas aos empreendimentos econômicos solidários e aos jovens e adultos do campo, que são potenciais beneficiários da proposta, contribuirão nas estratégias de mobilização e acompanhamento e avaliação em todas as etapas do curso, especialmente nos seminários do curso, nas atividades de campo e no tempo comunidade e duas delas como comunidades educadoras nas atividades de vivência que serão realizadas *in loco*.

2.2 Histórico de atuação em pesquisa e atividades acadêmicas do centro envolvido

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, tendo sede e foro no Município de Cruz das Almas (BA).

A criação da UFRB decorre da proposta do governo federal de expansão e interiorização do ensino superior (Programa Expandir), sendo a segunda IFES instalada na Bahia. Sua história se inicia nas últimas décadas do século XX, marcada com manifestações da sociedade baiana, através de iniciativas da Reitoria da UFBA, promovendo audiências públicas e de mobilização de parlamentares do Recôncavo da Bahia e do Vale do Jiquiriçá, em prol da criação de uma universidade nesta região. Porém, somente em 2005 ela foi implantada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Possui uma organização interna que permite grande possibilidade de inclusão social e promoção do desenvolvimento (territorial) do interior do estado, sobretudo nas regiões do Recôncavo da Bahia e Vale do Jiquiriçá. Concebida como um modelo multicampi, a Instituição é composta por seis centros, em cinco municípios da região do Recôncavo Sul da Bahia: Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB); Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Formação de Professores (CFP); e o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), este último localizado em Feira de Santana. Hoje, a UFRB possui 38 (trinta e seis) cursos de graduação e 650 docentes. No semestre letivo de 2009.2, a UFRB tinha 3.543 alunos matriculados, distribuídos em seus quatro 04 (quatro) *campi*.

O Campus de Feira de Santana, o CETENS, foi aprovado no âmbito da UFRB em 21 de novembro de 2011. Posteriormente, em 23 de abril de 2012, foi realizada a pactuação para implantação do campus de Feira de Santana, entre a UFRB e a Secretaria de Educação Superior que contempla investimentos da ordem de R\$ 33.559,20. O pacto define ainda que o campus se inicie com a contratação de 88 docentes e 127 servidores técnico-administrativo. O centro oferece hoje os cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade e de Licenciatura em Educação do Campo com habilitações em matemática e ciências naturais, além da Especialização Trabalho, Educação e desenvolvimento para Gestão da Educação Profissional e componentes e atividades do Mestrado Profissional em Educação do Campo.

O CETENS tem como princípios norteadores: 1. A clareza de que sua área de atuação principal será em energia, sustentabilidade, meio ambiente e tecnologias sociais; 2. Implementação da Interdisciplinaridade; 3. A promoção da mobilidade acadêmica como potencializador de trocas que contribui para a formação do cidadão e do profissional; 4. Parcerias e cooperação com outras IES em busca de consolidação nas áreas temáticas desse centro; 5. Promoção de políticas de permanência estudantil, através de suporte econômico-social de discentes em condições de vulnerabilidade; 6. Promoção de políticas de combate a retenção em ciências básicas para discentes da graduação; 7. Promoção de políticas de aprofundamento na interação com outros idiomas, visando ampliar a atuação da pesquisa do centro à níveis internacionais; 8. A promoção de cursos de pós-graduação nas áreas temáticas desse centro, objetivando contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país; 9. Gestão democrática de forma a participar aos órgãos colegiados constituídos as decisões do CETENS; 10. Interação do ensino de graduação com o ensino de pós-graduação, com a pesquisa e extensão; 11. Inserção regional, discutindo a temática no centro, considerando a realidade onde está inserido; 12. Valorização da experiência por entender que experiência e conhecimento teórico são complementares na formação do sujeito; 13. Busca da interdisciplinaridade; 14. Flexibilidade curricular que permita ao estudante construir o seu próprio percurso acadêmico, sendo assegurada pela oferta de componentes curriculares optativos diversos, de livre escolha dos estudantes ligados ou não à formação profissional desejada; 15. Construção de um referencial ético que una valores individuais aos relacionais e coletivos, buscando o bem comum; 16. Práticas pedagógicas que respeitem os saberes e experiências sociais do sujeito; 17. Atualização contínua de forma a contemplar avanços de paradigmas, teorias, tecnologias, inovações e metodologias; 18. Incentivo à autonomia para aprender, onde o sujeito seja aprendiz das próprias soluções perante o contexto que lhes é apresentado.

2.3 Justificativa (fundamentação para a oferta do curso)

2.3.1 Pressupostos teóricos que fundamentam a proposta pedagógica do projeto com respectivas referências bibliográficas observando a produção acadêmica sobre a educação do campo, turismo comunitário e economia solidária

Os pressupostos teóricos que fundamentam esta proposta pedagógica parte das categorias de análise educação do campo, PRONERA, território educativo, economia solidária e turismo comunitário que se relacionam diretamente com os campos de conhecimento que são objeto central de estudo do curso, tendo o trabalho associado como princípio educativo. O ponto de partida é a análise do significado de território educativo, posteriormente o de educação do campo e do PRONERA, em seguida da economia solidária e do turismo comunitário. Por fim apresentam-se os vínculos, convergências e as proximidades dialógicas existentes entre esses campos do conhecimento. Dessa forma busca-se contribuir para uma abordagem interdisciplinar e apropriada aos objetivos do curso e para a fundamentação da sua oferta aos sujeitos do campo.

2.3.1.1 Território educativo

Para abordar esta categoria, entende-se o campo a partir do paradigma da questão agrária, ou seja, o campo como território e não como espaço de produção de mercadoria (atividade econômica). Busca-se entendê-lo como espaço de vida, ou como espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana - educação, cultura, trabalho, produção, organização política, como relações sociais constituintes das dimensões territoriais (FERNANDES, 2006). No campo, os territórios materiais e imateriais do campesinato e do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes classes e relações sociais e das propostas de educação, a primeira de caráter emancipatório e a segunda de caráter instrumental de preparação para a empregabilidade.

Segundo Fernandes (2008), um paradigma forma um território imaterial e o conhecimento é um importante tipo de território imaterial, pois compreende a hegemonia sobre o processo de produção do conhecimento e suas interpretações, minando a ideia de neutralidade. Para ele, é impossível pensar os diversos territórios sem pensar os territórios materiais, as pessoas e os grupos que pensam e formam esses territórios. Em todo

processo há uma intencionalidade, sustentada em relações de poder que acaba por organizar o território material. Daí a importância de disputar a produção do conhecimento em educação do campo, economia solidária e em turismo comunitário à luz da visão emancipatória da classe trabalhadora.

A Educação do Campo, a Economia Solidária e o Turismo Comunitário são tratados aqui como Territórios Educativos, ou seja, são campos de estudo, práticas educativas e movimentos.

Para demonstrar como esta proposta de curso integrará esses territórios educativos é preciso primeiro caracterizá-los e depois demonstrar seus vínculos, convergências e proximidades dialógicas, quanto aos seus princípios, valores e práticas, levando-se em conta o programa PRONERA como política de inspiração para materializar uma intervenção inicial no contexto estudado.

2.3.1.2 Educação do campo e PRONERA

A necessidade de uma educação voltada para os povos do campo com o direito de acesso e permanência na escola começou a ser pautada nos fins dos anos 1980 pela sociedade civil organizada, diante da ambiência de lutas democráticas que o país passava. Em 1997, o termo educação básica do campo surgiu do Primeiro Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA, onde o MST e suas instituições parceiras, demonstraram a insatisfação com a falta de acesso a uma educação adequada aos povos do campo.

Após de mais de 18 anos de muitos percalços com constantes recuos e ameaças de extinção de ações, programas e políticas estatais, a educação do campo continua avançando com uma produção teórica e prática consistente e sempre pautada pelos movimentos sociais e sindicais do campo. Desde 2010, há o Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC, que se constitui como espaço de discussão e deliberação de ações integradas e articuladas dos movimentos civis autônomos em defesa da educação do campo. Tem havido também um crescente espaço nas instituições de ensino e nas comunidades e redes dos povos do campo, das águas e das florestas em todas as regiões do país para tratar do tema no ensino, pesquisa e extensão com foco na educação do campo.

A educação do campo pode ser considerada para além de um território do ensino, pesquisa e extensão no âmbito das ciências da educação, um movimento de produção e socialização de conhecimentos populares e científicos construído pela luta dos movimentos sociais e sindicais do campo brasileiro.

Esse movimento compreende a reivindicação pelo acesso e a prática da educação escolar e profissional vinculada à questão agrária, ao mundo do trabalho, à história, à cultura e à transformação da sociedade, incluindo a educação formal e não formal, do ensino básico até ao ensino superior, de forma democrática e visando à sua universalização.

Pelo seu percurso histórico de superação e de bons resultados o Fórum Nacional de Educação do Campo – FONEC - tem colocado como desafio e linha de ação o fortalecimento do PRONERA como espaço de elaboração e de práticas de Educação do Campo, defendendo a ampliação dos seus recursos, a sua desburocratização e a manutenção do protagonismo dos movimentos sociais no seu bojo (FONEC, 2015).

A visão predominante do PRONERA nos fóruns da sociedade civil em torno da educação do campo é de que este programa foi criado e se manteve até hoje principalmente pelo protagonismo dos movimentos sociais e sindicais do campo e seus aliados, incluindo técnicos do governo e da assistência técnica e dos educadores das instituições de ensino, dentre elas as universidades. Ademar Bogo ilustra bem essa questão:

[...] foram os movimentos de luta pela terra e, portanto, a organização de classe, que, a partir da década de 1980, começou a colocar a escola como prioridade na luta pela conquista de direitos e de formação de consciência. Isso fez com que se chegasse, principalmente, a partir de 1998, a exigir que, através de projetos especiais, com a denominação de Programa Especial de Educação na Reforma Agrária (Pronera), a formação dos intelectuais orgânicos de extração camponesa, incluindo aí os indígenas e quilombolas, tivesse aprovado cursos de licenciatura[...] (BOGO, 2013, p.102).

O PRONERA como política de educação do campo se opõe ao paradigma hegemônico da educação rural conforme ilustra Clarice Santos:

[...] o paradigma da educação rural cuja premissa parte da ideia de que a estes sujeitos basta um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, o que corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção, isolando-a de um processo mais amplo de condições de acesso ao conhecimento[...] (SANTOS, 2012a, p. 26).

Santos (2012b) também relata que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA - foi criado em 1998 por uma portaria do extinto Ministério Extraordinário de Política Fundiária, num momento em que os movimentos sociais aproveitaram bem um ambiente favorável a pautar a reforma agrária - após os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás - e outras políticas associadas e em face da constatação de índices de analfabetismo e escolarização muito baixos nos assentamentos em relação à média verificada no campo.

Mas, só em 2009, o PRONERA foi instituído em lei, regulamentada em 2010 pelo Decreto nº 7.352, que instituiu também a Política Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, o que na teoria passava a implicar numa maior importância para captação de recursos orçamentários, financeiros e estrutura de pessoal para sua implementação.

Sob a égide desse decreto o PRONERA passa a compreender o apoio a projetos em seis áreas, a saber:

[...] alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental... formação profissional conjugada com ensino de nível médio por meio de cursos de educação profissional de nível técnico, superior e pós-graduação...capacitação e escolarização de educadores...formação continuada e escolarização de professores de nível médio na modalidade normal, ou em nível superior, por meio de licenciaturas e de cursos de pós-graduação...produção, edição e organização de materiais didático-pedagógicos...realização de estudos e pesquisas e promoção de seminários, debates e outras atividades com o objetivo de subsidiar e fortalecer as atividades do PRONERA [...] (BRASIL, 2010, p. 5).

A modalidade de especialização em Residência Agrária nasceu em 2004, no âmbito do MDA, descolada do PRONERA mas a ele se incorporou em 2008. Segundo Molina (2009), o Residência Agrária foi pensado também para identificar e suprir as carências na formação dos profissionais de ciências agrárias e verificar quais as habilidades e conhecimentos seriam necessários para as especificidades da agricultura familiar e camponesa. O programa priorizou como cinco temas geradores iniciais: a agroecologia, a educação do campo, as metodologias participativas e de pesquisa como princípio educativo, o campo e o desenvolvimento e a socioeconomia solidária.

A mesma autora, em 2013, afirma que a principal intenção dessa proposta foi de fomentar a produção de conhecimento sobre o campesinato, tanto na pesquisa como na

extensão (incluindo as vivências) nas universidades públicas que tem programas nas áreas de ciências agrárias.

Para identificar mais elementos da educação do campo, analisamos os documentos listados a seguir.

O primeiro documento analisado foi o Documento - síntese do Seminário da articulação nacional por uma educação básica do campo (ARTICULAÇÃO..., 1999), que foi um dos primeiros a apresentar princípios, valores, indicadores, linhas de ação, estratégias de ação, objetivos e práticas sobre a educação do campo. O documento apresenta 11 princípios que perpassam os temas da universalização do acesso à educação e à escolarização, dos povos como sujeitos dessa, do vínculo com um novo projeto de desenvolvimento para o país, a centralidade no ser humano (com práticas humanizadoras como a solidariedade e a entreatajuda), à educação como direito e a necessidade de se partir das práticas atuais para a projeção de novas.

O segundo documento analisado foi o documento final do Seminário Nacional Por uma Educação do Campo, que aboliu o termo “básica” para deixar claro que a luta era mais abrangente do que uma educação escolar formal e do ensino médio. O evento foi realizado em 2002 com um público mais diverso, constituído dos movimentos e organizações dos povos e comunidades do campo, e após a edição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo pelo Ministério da Educação (ARTICULAÇÃO..., 2002).

O terceiro documento analisado foi o intitulado: Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo (CALDART, 2004), de Roseli Caldart, que elencou traços de identidade da educação do campo.

O último documento analisado referente a esse campo foi o Decreto Federal Nº 7.352, instituído em 4 de novembro de 2010, pela Presidência da República, que dispõe sobre a política de educação do campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, e que apresenta no seu artigo 2º princípios da educação do campo do ponto de vista do Estado o:

- [...] I- Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II- Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos

direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III- desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV- Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V- Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010a, p. 2).

Para os fins deste trabalho, que tem também como sujeitos as comunidades quilombolas, foi considerada a Resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. É importante esclarecer que o seu teor menciona a educação do campo como modalidade, e remete a questões importantes como o etnodesenvolvimento, a formação continuada e a valorização das ações de cooperação e de solidariedade, e ao fortalecimento das redes de colaboração solidária construídas pelos quilombolas, como a que existe no Território das Comunidades da Bacia e Vale do Iguape.

De destaque desses documentos analisados, podemos sintetizar os seguintes itens que caracterizam a educação do campo: uma educação gestada desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações, e que reconheça as experiências políticas e pedagógicas dos movimentos sociais como expressão do povo organizado; os excluídos do campo como sujeitos legítimos de sua própria formação e de um projeto emancipatório e, por isso mesmo, educativo.

Também observou-se como características da educação do campo: o ser humano como centro do trabalho, havendo a entreatajuda e a solidariedade; a vinculação às necessidades humanas e sociais do povo; a emergência desde os movimentos sociais e sindicais do campo, dos trabalhadores do campo e de suas organizações; a relação com o modo de vida camponês (cultura, valores, jeito de produzir, formação para o trabalho e participação social); atuação articulada de diferentes movimentos sociais, organizações sindicais, instituições educacionais e outras;

Viu-se também como característica a educação integral, incluindo questões de gênero, de raça, de respeito às diferentes culturas e às diferentes gerações (cultivando a

memória histórica), de soberania alimentar, de uma agricultura e de um desenvolvimento sustentáveis, de uma política energética e de proteção ao meio ambiente.

Portanto, a educação do campo e o PRONERA, na modalidade de especialização, são referências que inspiraram a proposta de construção do projeto político pedagógico desta pesquisa de mestrado e deste PPP, sendo a educação do campo o tema principal deste curso junto ao turismo comunitário e à economia solidária, que será analisada a seguir como território educativo.

2.3.1.3 Economia solidária

A economia solidária pode ser considerada um movimento de diversidade econômica e social, que embora se desenvolva sob o modelo de produção capitalista a ele se contrapõe (principalmente à sua versão mais neoliberal) como alternativa de relações de produção, compra, venda, poupança, troca e de socialização e construção de saberes, com base na solidariedade, na autogestão, na cooperação, na reciprocidade, na valorização da diversidade, da cultura e do meio ambiente.

A economia solidária tem aproximações conceituais com o que alguns autores denominam por economia social, socioeconomia, ecossocioeconomia ou ainda economia popular solidária, em alguns casos tendo-as como sinônimas.

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, do governo federal:

[...] compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão[...] No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. [...] (BRASIL, 2014, p. 1).

A economia solidária assim como a educação do campo tem o trabalho como princípio educativo, conforme ilustram Picanço e Tiriba:

No processo dialético de fazer, pensar, criar e recriar o mundo, também para os tecelões da economia popular solidária, o trabalho é o princípio educativo e, ao mesmo tempo, uma das formas pelas quais, com a luta dos trabalhadores,

é possível fazer germinar os embriões de uma nova cultura do trabalho [...] (2014, p. 29).

Ainda segundo essas autoras, a economia solidária sobrevive e se fortalece sob o modo de produção capitalista, hoje hegemônico, e poderá vir a tornar-se alternativa à economia capitalista.

Coraggio (2012) argumenta que a economia social e solidária tem como princípios o trabalho para todos, a produção socialmente responsável, a garantia do desenvolvimento da vida de todos, a não exploração do trabalho alheio, a reciprocidade, o intercâmbio (comércio justo), o consumo responsável na figura dos prossumidores, o pluralismo e a diversidade, a inovação de maneira responsável, a não discriminação de gênero e etnia, e a territorialidade composta de relações de proximidade entre os sujeitos, formando um coletivo.

Alguns autores datam sua gênese a partir de experiências (e teses) que ocorreram na Inglaterra e na França na segunda metade do século XIX, no âmbito do cooperativismo, desde Robert Owen, Charles Fourier, Louis Blanc, William King, Proudhon, Marx, e os membros da Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, fundada em 1844, que foram os percursos dos princípios da Economia Solidária. Estes precursores traziam a luta contra a propriedade privada e o lucro gerado em detrimento da exploração da classe trabalhadora.

A economia solidária se materializa através de empreendimentos formais e não formais, muitas vezes organizados em redes, nas mais diversas atividades produtivas, no campo e na cidade, incluindo grandes empresas recuperadas³. São experiências constituídas pela classe trabalhadora como modo de vida não capitalista dentro do modo de produção capitalista. Estas experiências também podem se articular em fóruns e conselhos em diferentes instâncias e pautam os governos periodicamente com suas bandeiras de luta. Inclui também como protagonistas os gestores públicos e as instituições de assessoria e fomento.

Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Solidários - que vem sendo realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, e que tem como objetivo montar um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

³ A recuperação de empresas é uma prática desenvolvida por trabalhadores que, na iminência de ficarem desempregados, negociam ou lutam pelo acesso aos meios de produção de empresas através da autogestão (HENRIQUES & THIOLENT, 2013).

(SIES), com a finalidade de disponibilizar à sociedade dados sobre as dimensões que caracterizam esses empreendimentos, para fins de elaboração de programas e políticas públicas - mostram que o Brasil tem 19.708 empreendimentos solidários, sendo 10.793 rurais, 6.856 urbanos e 2.058 urbanos e rurais. Na Bahia, são 1.452 empreendimentos distribuídos entre 109 urbanos e rurais, 1.153 rurais e 190 urbanos (BRASIL, 2013).

Os empreendimentos econômicos solidários – EES - no meio rural são predominantemente aqueles da agricultura familiar, associações e cooperativas, e que produzem mais alimentos e geram mais trabalho com uso de menos terra, do que as culturas do agronegócio, que são tidas apenas como mercadorias e com foco no lucro, ao contrário da agricultura familiar que representa, sobretudo a reprodução da sua própria existência. Alguns EES da agricultura familiar praticam o turismo comunitário.

Duas expressões importantes da economia solidária dizem respeito aos bancos comunitários de desenvolvimento e ao cooperativismo popular, que é diferente do cooperativismo tradicional. Segundo Velloso e Locatel (2011), o cooperativismo tradicional, representado no Brasil pela Organização das Cooperativas Brasileiras, nascida sob a ingerência do governo de 1969, durante a ditadura militar, serviu para dar lastro à política econômica oficial, que abrange aquelas enquadradas no modelo empresarial.

O cooperativismo popular pode ser conceituado como aquele praticado por organizações autogestionárias de grupos populares com propriedade coletiva dos meios de produção, e onde às dimensões econômica e social acrescenta-se a dimensão política, que reconhece o cooperado como protagonista da sua história com vistas ao seu processo emancipatório (CANSADO & VIEIRA, 2013).

Hoje, o cooperativismo popular é representado pela União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias - UNICOPAS, criada em 2014, com o objetivo de lutar pela concepção do cooperativismo solidário no Brasil e do desafio de representar nacionalmente cooperados da agricultura familiar e da economia solidária. A UNICOPAS envolve a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES, a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL BRASIL, e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB.

O movimento da economia solidária se reúne em torno do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, desde 2002, como espaço de fortalecimento da economia solidária, de luta por políticas públicas e de convergência com outros movimentos sociais,

como o da educação do campo e as redes de turismo comunitário e da agricultura familiar do Brasil.

Em 2014, ocorreu em Brasília a terceira Conferência Nacional de Economia Solidária - CONAES, com o tema Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável, e teve como finalidade o debate do tema e subsidiar a elaboração de um plano nacional para o setor, dentre outras ações. O documento final da conferência incluiu o turismo protagonizado por empreendimentos econômicos solidários como uma das ações do eixo Produção, Comercialização e Consumo Solidários.

Para investigar quais são os princípios, valores e práticas da economia solidária realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental em publicações científicas e de autoria da sociedade civil. O primeiro documento que foi analisado foi o intitulado O que é Economia solidária? - de autoria da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (BRASIL, 2014), que apresenta características da economia solidária.

O segundo documento examinado foi o texto de França Filho (2012) intitulado Indicadores para a Sustentabilidade em Economia Solidária: uma questão de utilidade social, que caracteriza a economia solidária e debate possíveis indicadores. O terceiro documento analisado foi a Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, que apresenta convergências, princípios gerais e específicos, além de esclarecer o que não é economia solidária (FBES, 2003).

O quarto documento foi o Diretrizes para uma Política Pública de Economia Solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores, de autoria da Rede de Gestores de políticas Públicas de Economia Solidária (REDE..., 2004).

De destaque desses documentos analisados podemos sintetizar os seguintes itens que caracterizam a economia solidária: autogestão, cooperação e solidariedade; a eficiência medida pelos benefícios materiais e sociais do empreendimento, e pela qualidade de vida e felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema; afirmam os trabalhadores como sujeitos históricos e protagonistas da ação, valorizando a dimensão política emancipatória; emerge dos setores populares, mas não é “economia da pobreza”; envolve pessoas e grupos que fazem a opção por trabalhar,

produzir e viver de modo diferente da lógica e dos valores de uma economia de mercado, independente da classe social de origem.

Também se identificou que a economia solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

Esses outros itens se destacam na caracterização da economia solidária: a participação e controle social dos sujeitos nas políticas públicas; o estímulo à formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa; e por ser um projeto de desenvolvimento integral que visa à sustentabilidade em diferentes dimensões: econômica, política, social, cultural e ambiental, com resultados partilhados sem distinção de gênero, raça, idade.

Pelo analisado, nota-se convergências entre a economia solidária e a educação do campo como territórios educativos. A seguir, o turismo comunitário será analisado com foco na aferição da convergência com esses dois territórios educativos.

2.3.1.4 Turismo comunitário

O turismo comunitário é uma das múltiplas formas de realizar a atividade turística fora do padrão convencional hegemônico e do turismo de massa. Esses últimos são focados primordialmente na dimensão econômica de mercado capitalista, enquanto o turismo comunitário se propõe como uma alternativa de turismo, onde os segmentos populares com seus empreendimentos econômicos solidários não exercem uma função subalterna junto aos entes da cadeia produtiva empresarial do turismo, são protagonistas e proprietários da atividade detendo autonomia nos processos decisórios.

Da mesma forma que na economia solidária e na educação do campo, há entendimentos desse território educativo como uma proposta antagônica ao modelo hegemônico, com vistas a manter a territorialização camponesa, como há também algumas iniciativas e estudos com entendimentos mais conservadores, que entendem o turismo comunitário como apenas uma proposta de inclusão social e de participação das parcelas mais pobres da população no turismo, ou como turismo da informalidade. A

primeira visão é que representa o entendimento do turismo comunitário nesta proposta de curso.

A origem do turismo comunitário é imprecisa, mas as discussões com visibilidade mundial na temática do turismo com sustentabilidade ganharam força a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - RIO 92, apontando para o cuidado com as pessoas e com o meio ambiente dos lugares a serem visitados.

Como conceito em construção, do mesmo jeito que a economia solidária e a educação do campo, não há consenso sobre o que se denomina como turismo comunitário no Brasil. Há uma polissemia adotada no seio da academia e na sociedade civil, que aponta caminhos ora mais próximos ora mais distantes da realidade das comunidades. Optou-se nesta pesquisa por definições que mais se aproximam das lutas dos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas já engajados em processos de turismo comunitário, de economia solidária e de educação do campo.

Uma concepção conceitual que se destaca é a da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - TURISOL, que articula redes regionais, associações, cooperativas, universidades, organizações não governamentais e agências de viagens solidárias em todas as regiões do país. A Associação Projeto Bagagem, que gerencia a secretaria executiva da TURISOL denomina o turismo comunitário como a:

[...] atividade turística que apresenta gestão coletiva liderada pela comunidade, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local...e onde a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza... (PROJETO..., 2011, p. 19).

No Brasil pode-se adotar o turismo comunitário como sinônimo de turismo de base comunitária - TBC, como o fazem diversas comunidades e pesquisadores do tema. No caso de comunidades quilombolas, é comum o uso também das nomenclaturas: turismo étnico afro e turismo quilombola. O turismo comunitário guarda também um laço estreito com o turismo solidário, especialmente na forma de turismo de voluntariado ou volunturismo, e ainda de turismo de filantropia. Em alguns países, essas formas de fazer turismo são chamadas também de turismo responsável ou turismo sustentável, além de outras denominações.

Pelo país há experiências de turismo comunitário no meio urbano (favelas e bairros populares) e no meio rural (em assentamentos, comunidades indígenas, quilombolas, de pescadores artesanais, de povos das florestas e de ribeirinhos, dentre outros). O mosaico de experiência contempla mais de 500 iniciativas, predominantemente gestadas por associações comunitárias, onde a cooperação e a autogestão são práticas e princípios cotidianos.

Estudar o turismo comunitário no campo refere-se às questões da multifuncionalidade do meio rural e da pluriatividade do agricultor, que dedica tempo parcial à produção de alimentos, complementando sua renda e dedicando seu tempo a atividades não agrícolas como o artesanato, o turismo, as manifestações artísticas e lúdicas, sem prejuízo das suas atividades principais. Nessa modalidade de turismo há o fortalecimento da renda, do trabalho, da produção de alimentos, assim como da identidade, da pertença e da autoestima dos seus sujeitos. Ou seja, nesse caso há benefícios monetários e não monetários, e o turismo não vira monocultura.

Expressando essa importância no campo, a Via Campesina do Brasil o reconhece como uma das três diretrizes para a formulação de uma nova política agrária expresso no documento O Campesinato no Século XXI (VIA..., 2004).

Essa forma de turismo está entre as grandes tendências do turismo mundial conforme diz Vignati (2008) quando ilustra que a valorização do turismo sustentável, responsável e solidário, o interesse do visitante em apreender e conviver com valores culturais próprios do destino, a valorização da identidade cultural dos povos e a expansão dos empreendedores sociais e das organizações do terceiro setor na atividade turística são elementos desse conjunto.

Dessa forma o turismo comunitário se constitui como espaço de educação não formal, onde se aprende com o modo de vida das comunidades e os visitados aprendem com a cultura do turista, numa reciprocidade transformadora.

A contestação do modelo hegemônico de turismo e a importância de propostas de turismo alternativas, como o turismo comunitário, também podem ser vistas pela realização de eventos de cunho nacional e internacional, recentemente no Brasil. Dentre esses eventos ressaltamos seis deles, que ocorreram entre 2009 e 2015. Em 2009, ocorreu o Fórum Global sobre Turismo Sustentável, durante o Fórum Social Mundial, em Belém - PA. Em 2012, aconteceu o Fórum Turismo, Sustentabilidade e Futuro, no âmbito da Cúpula dos Povos da Rio+20, na capital do Rio de Janeiro. Já em 2013, o IX Congresso

Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável - CITURDES na Universidade de São Paulo – USP, teve o turismo comunitário como tema central.

Em 2014, ocorreram dois eventos: o 13º Encontro Nacional de Turismo de Base Local – ENTBL, na Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, e em São Paulo o Congresso Mundial de Turismo Social, no SESC. Em 2015 ocorreu o II Encontro Nacional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - TURISOL, na Universidade de Brasília - UnB.

Por fim, ressalta-se que a Organização Mundial do Turismo - OMT, vinculada à ONU, estabeleceu como tema do Dia Mundial do Turismo em 2014, o turismo e desenvolvimento comunitário, enaltecendo o potencial do turismo para promover novas oportunidades para as comunidades de todo o mundo, e a importância da participação comunitária para a promoção do desenvolvimento do turismo sustentável.

São poucas as experiências de cooperativismo popular no turismo comunitário no Brasil, onde predominam as experiências de associações comunitárias criadas para esses fins e associações de representação geral das comunidades. As experiências de cooperativismo no turismo são a da Cooperativa de Ecoturismo Solidário, no Amazonas, da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Floresta, no Pará, e experiências de fomento no Vale do Ribeira em São Paulo e na Prainha do Canto Verde, no Ceará. O Instituto Federal de Pernambuco no campus do município de Barreiros também inicia o estudo de implantação de uma cooperativa de turismo no Assentamento Bom Jardim localizado no mesmo município da universidade.

Na Bahia, existem mais de 40 comunidades envolvidas com o turismo comunitário, sendo mais da metade no meio rural, e predominante em assentamentos de reforma agrária com estudos de viabilidade realizados pelo INCRA. Do total do meio rural mais de 25 comunidades (entre assentamentos e remanescentes de quilombo e outras) vem recebendo visitantes periodicamente, e fornecendo serviços de condução de visitantes em trilhas nas matas e cachoeiras, flutuação em lago, visitas a cavernas e cânions, visitas a lotes produtivos, serviços de alimentação, vivências nas áreas de produção, saúde, educação e organização, etnia, gênero, venda de artesanatos, realização de apresentações culturais e hospedagem familiar e comunitária, dentre outras atividades.

Em algumas comunidades da Bahia, o maior motivo da visita dos estrangeiros é o desejo de conhecer a história do movimento social de luta pela terra, culturas e modos de vida diferentes e o desejo de se voluntariar na comunidade, participando de projetos

comunitários nas áreas de saúde, educação, produção, meio ambiente e protagonismo de gênero e juventude.

Do ponto de vista da educação em turismo, não foram encontrados registros no Brasil de processos formativos em turismo comunitário de graduação e de pós-graduação, salvo a sua abordagem em componentes curriculares optativos de cursos de graduação em turismo e de cursos de técnico em turismo, mesmo assim em poucas instituições de ensino do país, em que pese haja uma crescente produção científica com essa temática no país e na América Latina.

Para extrair os principais elementos constituintes do campo de estudo do turismo comunitário como atividade contra-hegemônica ou como proposta de turismo alternativa ao modelo convencional e ao turismo de massa, o autor analisou quatro referências.

As fontes utilizadas foram: o livro organizado pelo Ministério do Turismo e pesquisadores contratados, intitulado Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras (BARTHOLO; BURSZTYN; SANSOLO, 2010); a série de livretos de Metodologias da Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário - REDE TURISOL (PROJETO..., 2011); o livro de Costa (2013), Destinos do Turismo: Percursos para a Sustentabilidade; e o livro Turismo Como Fenômeno Humano: caminhos para se pensar a socioeconomia de Sampaio (2005).

De destaque de todos os documentos analisados podemos sintetizar os seguintes itens que caracterizam o turismo comunitário: a propriedade e a autogestão comunitária, o associativismo, a cooperação, a solidariedade e o voluntariado; relação dialética na interação entre turistas e comunidade (convivencialidade), podendo promover melhores condições de vida para as comunidades visitadas e mudanças nas perspectivas de mundo por parte dos turistas; resgate do interesse pelo outro; e o protagonismo das comunidades (tradicionais), cuja identidade foi forjada na história dos lugares.

Identificou-se também que o turismo comunitário se caracteriza também pelo surgimento a partir de comunidades do campo e da cidade, sejam elas indígenas, quilombolas, camponesas, pesqueiras, assim como morros (favelas) e bairros populares, quase sempre recebendo apoio de organizações do terceiro setor e de universidades, e dificilmente tendo o reconhecimento devido pelos órgãos públicos de turismo; é uma atividade de pequena escala e adotam a prática preços justos.

Conclui-se que entendido e abordado como proposta alternativa ao modelo hegemônico de turismo (convencional e de massa) e como atividade econômica solidária,

o turismo comunitário tem convergências com os elementos constituintes da educação do campo e da economia solidária como será explicitado no item a seguir.

2.3.1.5 Entrelaçando educação do campo, economia solidária e turismo comunitário

Verificou-se que entre educação do campo e economia solidária já existia uma aproximação dialógica como campos do conhecimento. Isso se deu na participação dos seus sujeitos em eventos específicos e na elaboração de produção científica, na ação política conjunta e em processos educativos da educação formal. Um exemplo é a demanda pelos cursos do PRONERA, envolvendo a temática da economia solidária, como os cursos de Tecnologia em Cooperativismo e, na modalidade Residência Agrária, de Especialização em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Entre o turismo comunitário e a economia solidária, também já havia uma proximidade tanto em eventos comuns, e específicos de cada área, em livros e artigos científicos publicados e em processos educativos da educação em espaço não formal.

Um dos registros na literatura sobre essa proximidade entre esses campos é feita por Sampaio (2007) quando propõe o turismo de base comunitária para pensar e praticar a ecossocioeconomia no âmbito do turismo. Ele afirma que esse turismo é baseado na descoberta ou experimentação de outros modos de vida que possam superar a hegemonia da sociedade de mercado, e o identifica sob quatro princípios: a valorização e preservação de tradições e relações sociais mais solidárias; a geração de trabalho e renda sob a perspectiva de modos de produção mais associativistas; a revigoração dos significados de virtude humana e do estado, distanciados do racionalismo utilitarista; e a utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais.

Entre os territórios educativos do turismo comunitário e da educação do campo, detectou-se que não há antecedentes de pesquisa que os envolva de forma conjunta, quando se buscam livros, artigos, teses ou dissertações, ou algum evento realizado, salvo os artigos científicos de autoria deste pesquisador.

Tem-se notícia de que houve a elaboração de uma proposta de projeto político pedagógico de graduação em turismo sob amparo do PRONERA, por parte da Universidade Federal do Pará, visando a atender exclusivamente a jovens de duas reservas extrativistas, e que não veio a ser nem pactuada, nem executada.

Os elementos priorizados nos três territórios educativos em estudo - ora mais, ora menos - apresentam vínculos, convergências e proximidades dialógicas pelas suas próprias especificidades, pelas semelhanças entre os sujeitos coletivos que os protagonizam e pelo processo sócio-histórico de construção dos mesmos, trazendo todos eles como matriz o trabalho associado.

A partir da análise dos itens priorizado e de leituras complementares, identificou-se diversos elementos comuns entre os três territórios educativos, como: a autogestão coletiva, a solidariedade, a cooperação, a busca pela qualidade de vida dos envolvidos, a identificação dos seus sujeitos como os trabalhadores organizados, a iniciativa a partir dos setores populares e comunitários, a centralidade no ser humano e no trabalho e a valorização do modo de vida camponês e comunitário.

A transversalidade com as questões de gênero, etnia, juventude e geração numa perspectiva territorial também são comuns na literatura dos três campos do conhecimento em estudo.

Também identificou-se como elementos comuns, a necessidade de controle social e transparência no uso dos recursos, a abordagem e respeito à diversidade de culturas, a luta pelas políticas públicas (com participação direta nos processos decisórios de sua construção, execução e avaliação) e o desenvolvimento integral na perspectiva da multidimensionalidade e da preocupação com as questões ambientais.

Entendem-se os três campos como práticas sociais, em construção por sujeitos coletivos envolvidos nos mesmos territórios de construções políticas contra-hegemônicas, e que embora estejam apenas iniciando um diálogo, há grandes possibilidades de cooperação entre si enquanto campos de estudo e práticas educacionais, como a que se propõe neste curso.

Os argumentos a seguir também contribuem para esta conclusão. O entrelaçamento entre economia solidária e educação do campo perpassa o cooperativismo solidário no Brasil, como demonstrado, o que fortalece mutuamente os movimentos e políticas em torno da economia solidária e da reforma agrária, e conseqüentemente da própria educação do campo.

Esse fato também pode ser provado pela articulação recente ente os fóruns nacionais da educação do campo e da economia solidária pela inclusão do tema do cooperativismo e da economia solidária nos componentes curriculares de cursos de formação e em eventos da educação do campo.

A experiência recente de apresentar a experiência do Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade, que é um empreendimento econômico solidário das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, localizadas em Cachoeira - BA, no componente curricular Economia Solidária e Cooperativismo no âmbito das licenciaturas em educação do campo da UFRB, pelos próprios sujeitos, como alunos e integrantes do núcleo, foi uma primeira experiência realizada em curso de graduação da educação do campo, assim como foi a experiência do mestrado em Educação do Campo da UFRB no componente Cooperativismo e Projeto Popular da Agricultura Camponesa, onde este pesquisador fez uma exposição teórica e das práticas da Bahia sobre turismo comunitário e economia solidária, e no componente Produtos e Processos, com a realização de uma visita à comunidade quilombola do Kaonge que integra o Rota da Liberdade.

O público e sujeito predominante dos três campos em estudo são caracterizados pelo alto grau de importância, economia social, política, cultural e ambiental para o país, mas representam também um alto grau de vulnerabilidade social e econômica, expressado em diversos indicadores, mostrando que o aparelho de estado em seus diversos níveis só muito recentemente no Brasil passou a atender parte de suas demandas, e dar uma visibilidade à sua existência como sujeitos do processo de desenvolvimento do país.

Esses três campos focam a centralidade da vida humana e suas potencialidades, como diz Caldart com relação à educação do campo e este autor a estende à economia solidária e ao turismo comunitário: “[...] suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade dos seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produção cultural, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida [...]” (CALDART, 2012, p. 262).

Tanto a educação do campo, como a economia solidária e o turismo comunitário são considerados territórios educativos e como ações emancipatórias e fortalecedoras dos ideais de reforma agrária, da produção agropecuária com sustentabilidade, de geração de trabalho e renda, de aumento da autoestima, da valorização das questões de gênero, geração, juventude e etnia, e como meios de darem visibilidade positiva às comunidades que tecem o campesinato, que são criminalizadas pelos principais meios de comunicação e por outros setores conservadores da sociedade.

Dessa forma, propostas de educação que abordem esses três campos de estudo permitem vislumbrar resultados promissores, como a escolarização e capacitação de jovens e adultos dos assentamentos que já atuam e podem atuar na ATER, que podem

atuar como condutores de visitantes, prestadores de serviços de hospedagem familiar e comunitária, fornecedores de serviços de alimentação, artesãos, artistas e como coordenadores de ações de voluntariado feitas com os visitantes solidários e na gestão dos empreendimentos econômicos solidários agrícolas e não agrícolas.

A UFRB tem um histórico de atuação junto aos assentamentos de reforma agrária e às comunidades quilombolas da Bahia, principalmente o Território de Identidade do Recôncavo Baiano, sendo considerada a mais negra do país, pelo número de alunos matriculados autoidentificados como negros e pardos e oriundos de comunidades quilombolas, como os discentes dos programas de educação do campo, como o PRONACAMPO, e por ofertar o único mestrado profissional do país em Educação do Campo.

A UFRB possui também expertise em educação, pesquisa e extensão na área de economia solidária e desenvolvimento territorial através: do curso de graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas, das ações da Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBA/UFRB, do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET - e da participação no Colegiado do Território do Recôncavo e no Conselho Estadual de Economia Solidária.

Essa atuação qualifica a instituição para atender a demanda de processos formativos no âmbito da economia solidária para os sujeitos do campo envolvidos com a temática do turismo comunitário praticado em assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e no entorno de reservas extrativistas, todos beneficiários do PRONERA, e que nunca tiveram acesso a cursos de qualificação para as atividades do turismo com o enfoque da economia solidária e do desenvolvimento territorial sob os princípios da educação do campo.

Na Bahia, esse universo envolve mais de 40 assentamentos, comunidades quilombolas e comunidades do entorno de RESEX, trazendo resultados positivos como a geração de trabalho e renda complementares, o fortalecimento das atividades agrícolas principais, sobretudo da agroecologia, o fortalecimento das questões de gênero, raça, etnia, geração, pertencimento, arte e cultura, proteção ambiental, diversificação produtiva, visibilidade positiva na sociedade e na imprensa, e a incidência nas políticas públicas.

A realidade aponta para a inexistência de processos educativos da temática de turismo no âmbito da educação do campo, tanto no ensino médio e superior e que os

projetos políticos pedagógicos das ciências agrárias até o momento realizados e aprovados pelo PRONERA na Bahia não trazem a temática das atividades não agrícolas, incluindo aí o turismo comunitário e a da economia solidária, representando territórios educativos a serem conquistados.

Por outro lado, há um imenso potencial turístico nas comunidades campesinas e seus empreendimentos econômicos solidários – EES, englobando diversas cadeias produtivas, fazendo acreditar que esta proposta de formação continuada vai contribuir para a melhor gestão dessas atividades, trazendo a elevação do grau de escolarização dos jovens e adultos das comunidades, que vai somar os conhecimentos populares com os conhecimentos científicos referentes aos campos de estudos do curso.

Um curso de especialização à luz do paradigma da questão agrária, da educação do campo e da economia solidária - com referenciais epistemológicos, metodológicos e curriculares, de materiais didáticos, de tempos e espaços de formação, e outras especificidades que são necessárias ao acesso e permanência dos sujeitos do campo, como a pedagogia da alternância, o entendimento deles como educadores e portadores de conhecimento e das comunidades como espaços de educação - efetivará o direito do acesso ao conhecimento científico por parte desses sujeitos, até então negados nessas temáticas.

A execução do curso pela UFRB será também uma forma de aperfeiçoar sua experiência nesses campos do conhecimento, e de atendimento aos interesses da classe trabalhadora na construção da luta de superação do capital como regulador do conjunto das relações sociais, pois Minto (2012, p. 228), ao argumentar o histórico da educação superior no Brasil, diz que: “a dinâmica da luta de classes no país não permitiu maior penetração dos interesses das camadas trabalhadoras nas estruturas que definem os rumos das instituições de ensino superior”. Portanto esse curso será uma oportunidade de reverter isso.

2.4 Objetivos

2.4.1 Objetivo geral

Contribuir para a formação de profissionais na área de economia solidária e turismo comunitário, qualificando-os em temas relacionados ao exercício de suas funções como

técnicos da assistência técnica e extensão rural, educadores do campo e sujeitos dos núcleos de turismo comunitário e dos empreendimentos econômicos solidários das cadeias produtivas agropecuárias existentes nas comunidades, e de outras atividades não agrícolas diretamente relacionadas ao desenvolvimento do turismo, como o artesanato, a produção artística e cultural e a gastronomia.

2.4.2 Objetivos específicos

1- Propiciar conhecimentos científicos que contribuam para a visibilidade, reconhecimento da importância, ampliação e qualificação do exercício do turismo comunitário e dos empreendimentos econômicos solidários nas comunidades, a partir do paradigma da questão agrária e de uma educação problematizadora, dialógica e participativa voltada para a emancipação humana; 2- Proporcionar o encontro do conhecimento científico com o conhecimento popular produzido nas comunidades, gerando novos conhecimentos para os educadores e para os educandos, e a socialização de saberes entre os alunos, as comunidades educadoras e os professores do curso; Ampliar a capacidade de coleta, análise, interpretação, reflexão crítica e intervenção sobre as realidades das comunidades por parte dos técnicos, educadores e comunitários nas temáticas do curso, contribuindo para o desenvolvimento dos territórios de identidade através das tecituras entre economia solidária, turismo comunitário e educação do campo.

2.5 Metodologia de ensino

Trata-se de curso de nível especialização nas temáticas da economia solidária, da educação do campo e do turismo comunitário voltado para jovens e adultos de povos e comunidades do campo, das florestas e das águas e de suas organizações de apoio, que estejam envolvidos ou que desejem se envolver com o turismo comunitário, assim como técnicos da assistência técnica e da economia solidária e educadores do campo, com nível superior que atuem nessas comunidades.

Voltado também para profissionais graduados pelo PRONERA e por outras políticas de educação do campo e profissionais que atuam com o turismo comunitário, preferencialmente da Bahia e de outros estados da região Nordeste, e de forma complementar servidores públicos concursados lotados no INCRA e egressos de cursos

superiores de qualquer área, incluindo aqueles lotados nas entidades parceiras do curso, como os dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET - da UFRB, e do IFBA.

A proposta pedagógica e metodológica do curso reflete o compromisso com a organização dos trabalhadores do campo nas suas diferentes formas de vida e reprodução da existência. Tem a centralidade na questão agrária e no trabalho associado autogestionário, sobretudo no cooperativismo popular e no trabalho em rede, e utilizará a pedagogia da alternância, não só considerando tempos e espaços, mas a itinerância para propiciar que diferentes experiências de turismo comunitário e de economia solidária sejam conhecidas e vivenciadas pelos educandos e educadores.

Os professores nortearão suas ações a partir de quatro princípios inspirados no PRONERA:

- a) Diálogo – valorização de saberes e produção coletiva do conhecimento, partindo sempre dos referenciais dos alunos, como sujeitos portadores de conhecimentos e experiências que são potencializadores para a problematização dos assuntos em sala de aula.
- b) *Praxis* – ter por base no ensino-aprendizagem os movimentos de ação/reflexão/ação e a perspectiva de transformação da realidade, provocando o envolvimento dos educandos, sua reflexão crítica e o aprofundamento teórico para uma intervenção transformadora.
- c) Equidade – que articule a proposta do curso com as demandas de outras políticas de desenvolvimento que atendam as comunidades, como as políticas de economia solidária, de turismo e de outras atividades não agrícolas, como o Terra Sol do INCRA e com a política de ATER do MDA.
- d) Transdisciplinaridade – ser um processo educativo que contribua para a articulação de todos os conteúdos e saberes, com livre-trânsito entre o saber formal e saberes oriundos das comunidades, contemplando os aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos, de gênero, geração, etnia e religião.

O processo de ensino-aprendizagem é pensado como *praxis* nessas três etapas: I - Investigação de temas geradores que mobilizem as comunidades e que podem ser transformados também em eixos temáticos estruturadores do currículo do curso, como já feito preliminarmente durante a pesquisa de campo que fundamentou este PPP junto às comunidades educadoras; II – Contextualização crítica dos temas geradores identificados

privilegiando uma abordagem histórica, relacional e problematizadora, visando a transformação da realidade; III – Processo de ensino-aprendizagem que se vincule as ações concretas resultantes dos estudos e pesquisas realizados, visando à superação das situações limite do grupo e da sua realidade.

O tempo universidade será dividido em unidades de formação que fundamentem a educação do campo na sua proposta originária, a economia solidária como forma de produção sob o modo de produção capitalista, mas com vistas à sua superação e o turismo comunitário como atividade contra-hegemônica ou como proposta de turismo alternativa ao modelo convencional e ao turismo de massa, atividade complementar e de fortalecimento das atividades principais das comunidades campesinas, e como elemento de fortalecimento do direito de permanência e de enraizamento no território.

Haverá, ao final de cada unidade, a associação entre as três temáticas centrais com foco no desenvolvimento do território de forma a atender os critérios de interdisciplinaridade.

As duas unidades formativas da Educação do Campo abordarão o tema a partir do paradigma da questão agrária, nos seus fundamentos originais como educação popular (na perspectiva integral) forjada pelos movimentos sociais do campo de luta pela reforma agrária, como educação não formal e como educação escolar, e suas políticas públicas, na sua relação e interfaces com as demais temáticas do curso, na sua contribuição para uma visão emancipatória do caráter da assistência técnica e extensão rural, e na promoção do desenvolvimento da agroecologia, dos territórios rurais, das comunidades e das famílias e pessoas, alicerçado na solidariedade e sustentabilidade.

A relação da educação do campo com a educação quilombola, com a cultura camponesa e com o trabalho será evidenciada nos componentes curriculares. Também, serão convidados educadores do campo para apresentação de propostas pedagógicas desenvolvidas no âmbito das comunidades e movimentos sociais, como os processos pedagógicos desenvolvidos pela ONG Casa do Boneco de Itacaré/Quilombo D'Oiti, que está vinculada à Teia dos Povos, e que tem também uma proposta de turismo comunitário.

As unidades formativas trarão ainda conteúdos de produção textual voltada para o trabalho de conclusão de curso e de metodologias participativas para elaboração de diagnósticos e outras sistematizações de trabalhos em comunidades.

As três unidades formativas focadas na economia solidária, além dos aspectos históricos, princípios, valores, práticas, caracterização de empreendimentos econômicos

solidários, cooperativismo popular, tecnologias sociais, redes, políticas públicas e processos de incubação, pesquisa e extensão, darão uma ênfase ao fortalecimento de processos de concepção, estudos de viabilidade, planejamento, gestão, promoção e comercialização de grupos informais, associações e cooperativas, com aulas práticas nos empreendimentos econômicos solidários do território quilombola da Bacia e Vale do Iguape nos seus núcleos de produção integrados (apicultura, artesanato, turismo, cultivo de ostra, plantas medicinais e azeite de dendê) e no seu Banco Solidário Quilombola do Iguape, com a sua moeda social Sururu.

As três unidades formativas com foco no turismo comunitário abordarão a visão convencional do turismo e seus impactos nos territórios de povos e comunidades tradicionais das florestas, da terra, das águas, em comparação com turismo baseado na autogestão e numa visão contra-hegemônica de turismo ou como proposta de turismo alternativa ao modelo convencional e ao turismo de massa, e como atividade pluriativa e da multifuncionalidade do campo.

Será comparado o turismo que desterritorializa e o turismo que enraíza e sua relação harmônica com as unidades de conservação, tendo como exemplo a Resex Marinha da Bacia e Vale do Iguape e o Parque Nacional da Chapada Diamantina.

A abordagem dos princípios, práticas, redes, estratégias de gestão, políticas públicas e perspectiva de planejamento do turismo comunitário a partir dos territórios de identidade e a participação nas instâncias de governança, serão assuntos estruturais das unidades formativas. Serão realizadas análises das cadeias produtivas do turismo convencional e do comunitário numa perspectiva dialética e de empoderamento e apropriação pelas comunidades, e os processos de fortalecimento das demais cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas, como produção associada ao turismo (artesanato, agroindústria, produção artística).

Também será abordada a vinculação da produção associada ao turismo com a agroecologia, com a economia solidária, com a cultura, com a identidade/modo de vida dos povos e com o desenvolvimento territorial e com processos de registro de Identificação Geográfica – IG - de produtos (Indicação de Procedência e Denominação de Origem).

A gastronomia será um elemento de destaque da produção associada ao turismo, a partir da abordagem de ecogastronomia pregada pelo Movimento Internacional Slow Food, que promove os alimentos bons, limpos e justos e estratégias de proteção da

agrobiodiversidade alimentar de comunidades do planeta. O curso trará como alguns dos exemplos práticos a inserção das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape no Slow Food e a atuação do autor da proposta deste curso nesse movimento, que nasceu na Itália como filosofia de contraponto ao *fast food* por iniciativa do jornalista e pesquisador Carlo Petrini, que é autor de diversas publicações sobre o tema.

Será estudada a relação do turismo com a cultura camponesa, com as questões de gênero, raça, etnia, geração e juventude, que contribuam para o desenvolvimento territorial na sua multidimensionalidade e multiescalaridade; e inserção da temática do turismo comunitário no cotidiano das atividades de assistência técnica e extensão rural, nas escolas das comunidades, no ponto de cultura e nos processos de incubação, ensino, pesquisa e extensão das instituições educacionais.

As comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, mostrarão, além da experiência com o *slow food*, a experiência com o Ponto de Cultura Expressão e Cidadania quilombola e com a gestão do Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape - CECVI. A articulação de comunidades educadoras da Chapada mostrará na prática, algumas técnicas de guiamento e condução de visitantes, de hospedagem familiar e comunitária e de hospitalidade e gestão associativa do turismo, como a realizada pela Associação de Condutores de Visitantes de Itaetê - ACVI.

A última unidade formativa será voltada para o seminário de apresentação dos trabalhos de conclusão de curso e de avaliação da realização do curso.

O tempo comunidade será considerado como tempo de aprendizado dos educandos na própria comunidade de origem e de atuação profissional, e entre comunidades que protagonizem diferentes elos da cadeia produtiva do turismo comunitário. Será também o momento de leitura, reflexão, sistematização e de intervenção de cada educando no seu espaço de atuação, seja escola, assistência técnica ou empreendimento considerando o princípio da *praxis*, com o acompanhamento pedagógico de um orientador de forma presencial e à distância.

As atividades do tempo comunidade preferencialmente serão realizadas em equipes multidisciplinares sempre que possível, sem detrimento dos produtos individuais de responsabilidade de cada discente. Poderão realizar debates sobre os desafios locais, reuniões de socialização, oficinas, rodas de leitura, pesquisa documental e bibliográfica e inserção em instâncias de governança e em eventos técnicos, científicos e da sociedade civil.

Serão realizadas semestralmente atividades complementares de seminários internos e com convidados e estimulada a participação dos educandos em fóruns e conselhos de educação do campo, turismo comunitário, economia solidária e desenvolvimento territorial como forma de exercício de incidência política e de contribuição técnica e científica das temáticas estudadas e dos conhecimentos construídos durante o curso.

Serão diplomados como especialistas os portadores de diploma de nível superior que cumpram com os requisitos previstos no regimento do curso.

A forma de ingresso será um processo seletivo simplificado de análise de currículo e carta de intenção, a partir de critérios de comprometimento e formas de inserção nas comunidades em que moram, estudam ou trabalham, de afinidade com os temas do curso, de capacidade de absorver, construir e partilhar conhecimentos e de mobilização interna nas comunidades e de parceiros locais para o êxito do curso.

O perfil desejado do egresso é de um profissional que tenha condições de atuar de forma qualificada e crítica nos programas de educação e de assistência técnica, com capacidade de apreensão, análise e elaboração de propostas de intervenção e transformação na realidade de forma dialética e dialógica com as comunidades, respeitando as suas especificidades identitárias, seus ritmos e tempos e espaços de partilha e construção de conhecimentos, relações com a natureza, com a cultura, com a religiosidade, com a política e demais formas componentes dos seus modos de vida.

Que seja um profissional que tenha apreendido o turismo comunitário como atividade possível, complementar, de conteúdo contra-hegemônico e fortalecedora dos demais sistemas de produção das comunidades e, como diz Ramiro, quando alude ao projeto de extensão em turismo da universidade que lecionava, que “[...] ao pensar em si mesma, reflita sobre seu passado, compreenda seu presente e planeje seu futuro [...]” (2012, p. 71).

Deseja-se que a realização deste curso traga os seguintes impactos e resultados para a educação do campo e para as áreas de reforma agrária:

- 1- Elaboração e utilização de materiais didáticos apropriados aos temas em conjunto;
- 2- Ambiente de pesquisa, extensão e ensino instalado na UFRB articulado com o NETED dando suporte às ações do curso;
- 3- Instituições parceiras do projeto se articulando internamente e externamente para oferta de cursos de turismo focados em turismo comunitário nos níveis médio e superior no

âmbito do PRONERA para os sujeitos envolvidos nos movimentos sociais comprometidos com a questão agrária, e dos povos e comunidades tradicionais do campo, das águas, das florestas e do mar;

4- Incorporação da temática do curso na coordenação de educação do campo e cidadania do INCRA – BA, e no Colegiado Estadual do PRONERA - BA, de forma articulada com as demais políticas de desenvolvimento de assentamentos e em parceria com os demais setores e órgãos públicos que tratem das políticas de desenvolvimento de territórios quilombolas;

5- Sujeitos de comunidades quilombolas e assentamentos da Bahia envolvidos com a temática do turismo comunitário formados na especialização e desenvolvendo intervenções nas suas comunidades de origem e de prática, como atividade cotidiana da ATER e dos gestores dos empreendimentos econômicos solidários;

6- Apresentação dos resultados do curso para a sociedade civil nos comitês, fóruns, redes regionais, estaduais e nacionais da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário, da agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais, de comunidades quilombolas, de movimentos sociais e sindicais do campo, de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento rural sustentável, buscando sensibilizar e envolver os principais sujeitos coletivos de direitos no debate científico e popular da temática estudada.

2.6 Organização e funcionamento acadêmico e administrativo do curso

O curso terá 510 (quinhentos e dez) horas, sendo 357 (trezentos e cinquenta e sete) no tempo universidade (aulas no campus e em campo) e 153 (cento e cinquenta e três) horas no tempo comunidade. As 357 horas de tempo universidade serão distribuídas em 9 unidades formativas de 5 dias (40 horas em média), realizadas a cada 2 meses.

2.6.1 Linhas de pesquisa

O curso terá duas linhas de pesquisa: 1- Educação do Campo, economia solidária e turismo comunitário na educação escolar; e 2- Educação do Campo, economia solidária e turismo comunitário na de assistência técnica e extensão rural.

2.6.2 Estrutura Curricular

A estrutura curricular é apresentada, em caráter preliminar, vez que ainda não foi constituído o colegiado do curso e não houve a seleção dos docentes.

Unidade Formativa 1 - EDUCAÇÃO DO CAMPO I	Unidade Formativa 2 – EDUCAÇÃO DO CAMPO II	Unidade Formativa 3 - ECONOMIA SOLIDÁRIA I	Unidade Formativa 4- ECONOMIA SOLIDÁRIA II	Unidade Formativa 5- ECONOMIA SOLIDÁRIA III
Questão Agrária	Pesquisa e Educação do Campo	Economia Solidária e Cooperativismo	Estudo de Viabilidade Econômica de Empreendimentos Associativos	Finanças Solidárias e Políticas Públicas da Economia Solidária
34 h	34 h	34 h	34 h	34 h
Agroecologia e Assistência Técnica e Extensão Rural	Produção Textual	Movimentos Sociais do Campo	Tecnologias Sociais	Aspectos Jurídicos da Economia Solidária e do Cooperativismo
34 h	17 h	17 h	17 h	34 h
68 h	51 h	51 h	51 h	68 h

Unidade Formativa 6 – INTRODUÇÃO AO TURISMO	Unidade Formativa 7 – TURISMO COMUNITÁRIO I	Unidade Formativa 8 – TURISMO COMUNITÁRIO II	Unidade 9 – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
Fundamentos do Turismo e Crítica ao Turismo Convencional	Turismo Comunitário-TC I	Fundamentos de Produção Associada ao Turismo aplicada ao TC	Trabalho de Conclusão de Curso
17 h	34 h	17 h	68 h
Turismo, Campo e Economia solidária	Turismo Comunitário -TC II	Ecogastronomia	
34 h	34 h	17 h	
51 h	68 h	34 h	68 h

2.6.3 Detalhamento das unidades formativas

2.6.3.1 Cronograma de realização

O cronograma detalhado de execução física será elaborado pelo colegiado do curso quando da pactuação do termo de execução descentralizada, estando previsto inicialmente o constante no cronograma abaixo.

Os indicadores de processo priorizados dentre outros serão: o tempo previsto x tempo necessário para a execução das atividades; o grau de interação entre os discentes entre si e com as comunidades de origem e de prática; os indicadores de resultado priorizados, dentre outros, serão a taxa de evasão e desistência, a comparação entre a percepção inicial e o acúmulo de conhecimentos final dos conteúdos dos componentes por parte dos discentes.

	2º semestre de 2016	2º semestre de 2016	1º semestre de 2017	2º semestre de 2017	1º semestre de 2018
Ações	Período de Preparação	Seminário de Abertura do Curso; Unidades Formativas 1, 2 e tempo comunidade	Unidade Formativa 3, 4, 5 e tempo comunidade e vivência em comunidade educadora	Unidade Formativa 6, 7, 8 e, tempo comunidade e vivência em comunidade educadora	Unidade Formativa 9, período de TCC e de seminário de avaliação final do curso

Assim como no PRONERA, o colegiado do curso será integrado pelo coordenador geral, pelo coordenador pedagógico, pelo professor orientador, pelo representante dos educandos, e pelo representante das entidades representativas do público participante.

O coordenador geral será o professor da UFRB responsável pelo curso; o coordenador pedagógico será o professor que acompanhará o curso no seu cotidiano, com uma visão do todo articulando as áreas do conhecimento; o professor orientador será responsável pelo trabalho de orientação no tempo universidade e no tempo comunidade com ênfase na pesquisa, avaliação de relatórios, trabalhos de campo e na produção do trabalho de conclusão do curso; os professores do curso, prioritariamente da UFRB serão responsáveis pelos componentes curriculares, selecionados por critérios de formação e afinidade com os conteúdos e metodologia do curso.

Os professores colaboradores das instituições parceiras e aqueles contratados atuarão em componentes que não sejam de expertise do corpo docente da UFRB; os técnicos de apoio serão responsáveis pelas atividades logísticas, administrativas e contábeis necessárias ao bom andamento do curso; e os discentes responsáveis pela frequência ao tempo universidade, pelo estudo, pela partilha e produção de conhecimento e pela intervenção nas suas comunidades de origem ou de prática.

2.7 Formas para proporcionar a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do desenvolvimento do curso: práticas educativas, proposta curricular, atividades de pesquisa etc.

No tempo universidade todas as unidades formativas são de cunho interdisciplinar, mas na busca da transdisciplinaridade (colaboração entre componentes e temas e um pensamento organizador maior que passe entre elas e vá além delas), sem fragmentação entre os componentes, que apesar de abordar temas específicos de diferentes ramos da ciência, serão abordados na perspectiva da sua integração teórica e prática, e relacionada à realidade social das comunidades objeto de intervenção de cada discente, e das comunidades educadoras do curso.

No tempo comunidade e nas atividades de campo previstas nos componentes curriculares a interdisciplinaridade será garantida na atuação dos discentes nas comunidades, integrando-os por diferentes áreas de formação tanto para as vivências como para a elaboração de relatórios coletivos.

2.8 Atividades complementares

As atividades complementares ao tempo universidade e tempo comunidade serão aquelas que venham a favorecer a compreensão ampliada sobre as áreas temáticas do curso e da implicação dos sujeitos discentes na realidade social que os envolva. Podem ser através de participação em seminários internos, em atividades de pesquisa e extensão na UFRB e nas entidades parceiras do curso, em eventos técnicos e científicos externos, e na participação em fóruns e conselhos de educação do campo, de turismo comunitário, de economia solidária e desenvolvimento territorial, preferencialmente de forma articulada com os representantes das comunidades de origem ou de prática.

Dessa forma as atividades complementares serão uma forma de exercício de incidência política e de contribuição técnica e científica à sociedade sobre as temáticas estudadas, de partilha dos conhecimentos construídos durante o curso e de estímulo e encorajamento da participação dos representantes das comunidades nos espaços de governança.

2.9 critérios de avaliação: aproveitamento e frequência

2.9.1 Frequência

A frequência nas aulas e nas atividades de campo atreladas aos componentes curriculares é obrigatória, e cada discente não poderá ter menos de 70% de presença.

2.9.2 Avaliação

A avaliação do curso é entendida como um processo pedagógico permanente, complementar e coletivo. Todos os espaços formativos serão avaliados e devem incluir atividades de sala de aula, seminários, encontros, vivência de campo, pesquisa e extensão.

A avaliação será prioritariamente qualitativa, visando a orientar e reorientar o percurso de formação do discente, levando em conta seu compromisso com a construção coletiva do conhecimento, seu grau de participação e de compromisso com o curso, além do seu esforço e organização para o cumprimento das atividades solicitadas.

As atividades teóricas e práticas serão apresentadas por meio de trabalhos individuais e em equipes multidisciplinares, a partir dos temas geradores trabalhados, por meio de leituras, discussões e do trabalho de conclusão de curso. A avaliação das diferentes atividades curriculares será expressa em escala de 0 a 10, e considerado aprovado o estudante que obtiver nota mínima de 6 por componente e média geral de 6.

A avaliação dos conteúdos ministrados por cada docente será realizada pelos discentes no decorrer da execução de cada unidade formativa e nos eventos voltados para esse fim.

2.10 Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso será individual, com orientação de um docente do curso, utilizando-se metodologia participativa que contemple uma proposta de intervenção nas comunidades de atuação, tendo como temática a integração dos temas da educação do campo,

da economia solidária e do turismo comunitário, observando-se as especificidades da linha de pesquisa escolhida. Poderá ser apresentado na forma de monografia, projeto, artigo científico, cartilha, tecnologia social, relatório técnico ou outro produto de caráter científico que seja aprovado pela coordenação do curso.

2.11 Relação de docentes por linha de pesquisa

Será construída a partir da formação e funcionamento do colegiado do curso.

2.12 Produção e defesa do TCC

A produção do trabalho será individual a partir de um tema desenvolvido em produção escrita com apoio do professor orientador para auxiliar na produção do texto.

Cada discente apresentará o trabalho final para uma banca examinadora, presidida pelo professor orientador, composta de três professores participantes do curso ou convidados pela coordenação, que tecerá considerações acerca do trabalho e emitirá o parecer de aprovação ou reprovação.

2.13 Certificação: requisitos e responsabilidade

Será conferido título de Especialista em Educação do Campo, Economia Solidária e Turismo Comunitário ao estudante que completar o mínimo de créditos previsto no regimento do curso, tiver no mínimo 70% de frequência e que apresente, nos prazos acordados, o trabalho de conclusão de curso perante a sua banca examinadora e obtenha aprovação.

2.14 UFRB: ESTRUTURA CURRICULAR COM RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS, SEU CARÁTER OBRIGATÓRIO OU OPCIONAL, CARGA HORÁRIA, CREDITAÇÃO, EMENTA, BIBLIOGRAFIA BÁSICA/FONTES DE PESQUISA

ESTRUTURA CURRICULAR

Unidade Formativa 1 - EDUCAÇÃO DO CAMPO I

Caráter: Obrigatório

Carga Horária: 68 horas (54 horas do tempo universidade e 14 horas do tempo comunidade)

Creditação: 3 créditos

Componentes curriculares	Carga Horária
Questão Agrária	34 horas
Agroecologia e ATER	34 horas

Unidade Formativa 2 – EDUCAÇÃO DO CAMPO II

Caráter: Obrigatório

Carga Horária: 51 horas (37 horas do tempo universidade e 14 horas do tempo comunidade)

Creditação: 3 créditos

Componentes curriculares	Carga Horária
Pesquisa e Educação do Campo	34 horas
Produção Textual	17 horas

Unidade Formativa 3 - ECONOMIA SOLIDÁRIA I

Caráter: Obrigatório

Carga Horária: 68 horas (54 horas do tempo universidade e 14 horas do tempo comunidade)

Creditação: 3 créditos

Componentes curriculares	Carga Horária
Economia Solidária e Cooperativismo	34 horas
Movimentos Sociais do Campo	34 horas

Unidade Formativa 4- ECONOMIA SOLIDÁRIA II

Caráter: Obrigatório

Carga Horária: 51 horas (37 horas do tempo universidade e 14 horas do tempo comunidade)

Creditação: 3 créditos

Componentes curriculares	Carga Horária
Estudo de Viabilidade Econômica de Empreendimentos Associativos	34 horas
Tecnologias Sociais	17 horas

Unidade Formativa 5

Caráter: Obrigatório

Carga Horária: 68 horas (54 horas do tempo universidade e 14 horas do tempo comunidade)

Creditação: 3 créditos

Componentes curriculares	Carga Horária
Finanças Solidárias e Políticas Públicas da Economia Solidária*	34 horas
Aspectos Jurídicos da Economia Solidária e do Cooperativismo	34 horas

*inclui a aula de campo na comunidade educadora no Território Quilombola da Bahia e Vale do Iguape.

Unidade Formativa 6 – INTRODUÇÃO AO TURISMO

Caráter: Obrigatório

Carga Horária: 51 horas (37 horas do tempo universidade e 14 horas do tempo comunidade)

Creditação: 3 créditos

Componentes curriculares	Carga Horária
Fundamentos do Turismo e Crítica ao Turismo Convencional	17 horas
Turismo, Campo e Economia solidária	34 horas

Unidade Formativa 7 – TURISMO COMUNITÁRIO I

Caráter: Obrigatório

Carga Horária: 68 horas (54 horas do tempo universidade e 14 horas do tempo comunidade)

Creditação: 3 créditos

Componentes curriculares	Carga Horária
Fundamentos do Turismo Comunitário	34 horas
Experiências de Turismo Comunitário	34 horas

Unidade Formativa 8 – TURISMO COMUNITÁRIO II

Caráter: Obrigatório

Carga Horária: 34 horas (23 horas do tempo universidade e 11 horas do tempo comunidade)

Creditação: 3 créditos

Componentes curriculares	Carga Horária
Fundamentos de Produção Associada ao Turismo aplicada ao Turismo Comunitário	17 horas
Ecogastronomia	17 horas

Unidade 9 – SEMINÁRIO FINAL

Caráter: Obrigatório

Carga Horária: 68 horas (54 horas do tempo universidade e 14 horas do tempo comunidade)

Creditação: 4 créditos

Componentes curriculares	Carga Horária
Trabalho de Conclusão de Curso	68 horas

DETALHAMENTO DAS UNIDADES FORMATIVAS

Unidade Formativa 1 - EDUCAÇÃO DO CAMPO I

1. Questão Agrária Brasileira

Ementa: Seminário de Apresentação do curso; Fundamentos do Paradigma da Questão Agrária, da Educação do Campo/PRONERA. A pedagogia da alternância do curso: tempo universidade, tempo comunidade. Gênero, geração, etnia e juventude. Educação Quilombola. Desenvolvimento Territorial. Multiculturalismo, Interculturalidade e culturas camponesas. Pluriatividade e Multifuncionalidade no campo.

Bibliografia Básica:

CANDAU, V. M.; DANTAS, R. V.; MACIEL, R. D. **Multiculturalismo(s), Interculturalidade e Educação**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2013. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2013/relatorios_pdf/ctch/EDU/EDU-Renata%20Domingues%20Maciel-Mais.pdf>.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, Roberto J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelindo de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

STÉDILLE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para Reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

Bibliografia Complementar:

GERMANI, Guiomar I. **Expropriados: terra e água – o conflito de Itaipu**. Salvador: Edufba, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: EDUSP, 1990.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Seção 1, p. 1.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Seção 1, p. 26 a 30.

2. Fundamentos da Agroecologia e Assistência Técnica e Extensão Rural

Ementa: História da agricultura. Modernização conservadora da agricultura brasileira. Revolução verde. Evolução do pensamento agroecológico. Agroecologia e a Assistência Técnica e Extensão Rural, seus sujeitos e suas especificidades. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

Bibliografia Básica:

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos**: a teoria da Trofobiose. Porto Alegre: L&PM, 1999.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1969.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

Bibliografia Complementar:

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

Unidade Formativa 2 – EDUCAÇÃO DO CAMPO II

3. Pesquisa e Educação do Campo

Ementa: Produção Textual e Metodologias Participativas e Sistematização do Conhecimento. Pesquisa, Inovação, Extensão e elaboração de planos e projetos com temáticas integradas (educação do campo, economia solidária, cooperativismo e turismo comunitário) na perspectiva territorial. Pesquisa-Ação e Projeto de Intervenção. Orientação Inicial para o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Bibliografia Básica:

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

CHALMERS, Alan. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo Atlas, 1995.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

- ARROYO, M. G. (Org.). **Por uma educação básica do campo**. 4.ed. Petrópolis, Vozes, 2009.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LAKATOS, Imre; MUSGRAVE Allan (Eds.). **Crítica e conhecimento**. São Paulo: EDUSP.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

4. Produção Textual

Ementa: Leitura, produção e reestruturação de textos. Normas da ABNT. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

Bibliografia Básica:

- CARBONI. Floresce, MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada**: língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CARMINI. Isabela. **Cartas pedagógicas**: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam. São Paulo: Expressão Popular.
- KONDER, Leandro. **As artes da palavra**. Elementos para uma poética marxista. São Paulo: Boitempo, 2005.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

Bibliografia Complementar:

- GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1993.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Carlos Luiz. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1993.
- PLATÃO, Fiorin. **Para entender o texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1998.

Unidade Formativa – ECONOMIA SOLIDÁRIA I

5. Economia Solidária e Cooperativismo

Ementa: Trabalho, Produção Associada e Autogestão. A experiência dos movimentos sociais e estudos contemporâneos. História e conceito do cooperativismo. Princípios do cooperativismo. Correntes teóricas cooperativistas. Tipos de cooperativas. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

Bibliografia Básica:

CENZI, Neri Luiz. **Cooperativismo**: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2011.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000; Rio de Janeiro: FASE, 2001.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

VEIGA, S. M. **Como montar cooperativas populares**: passo a passo para a legalização de cooperativas. Rio de Janeiro: FASE, 2001.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 6.reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

RAMPI, A. **A inserção da economia solidária na educação do campo**. Florianópolis: mimeografado, 2013.

6. Movimentos Sociais do Campo

Ementa: Antecedentes históricos dos movimentos sociais e sindicais. Os movimentos sociais no campo na atualidade. Movimentos Sociais e sindicais de Luta pela Reforma Agrária. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

Bibliografia Básica:

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 15.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LARANJEIRA, Raymundo. **Direito agrário brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.

Bibliografia Complementar:

LIMA, S. L. da S. **As transformações sócio-territoriais e o Alto Sertão Sergipano**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGEO/UFS, São Cristóvão.

Unidade Formativa 4 – ECONOMIA SOLIDÁRIA II

7. Estudo de Viabilidade Econômica de Empreendimentos Associativos

Ementa: Economia Solidária e Projeto Popular para a Agricultura Camponesa. Aspectos de sustentabilidade de empreendimentos solidários. Importância do estudo de viabilidade na economia solidária. Sustentabilidade Humana. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

Bibliografia Básica:

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KRAYCHETE, Gabriel. AGUIAR, Kátia (Orgs.). **Economia dos setores populares**: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: OIKOS, 2007.

SALLES, R. H. **Plano de negócios para cooperativas e associações**. Rio de Janeiro: FASE, n.3, 2002.

Bibliografia Complementar:

CAPINA. Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (Org.). **Puxando o fio da meada**. Rio de Janeiro: CAPINA, 1999.

SINGER. P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: CONTEXTO, 2000.

8. Tecnologias Sociais

Ementa: Revolução tecnológica. Tecnologia social e seu impacto na sociedade. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

Bibliografia Básica:

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**: tecnologia, globalização e governabilidade. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. Vol. 1.

FBB. Fundação do Banco do Brasil. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

Bibliografia Complementar:

RTS (Org.). **Tecnologias Sociais**: caminhos para a sustentabilidade. Brasília: RTS, 2009.

Unidade Formativa 5 - ECONOMIA SOLIDÁRIA III

9. Finanças Solidárias e Políticas Públicas da Economia Solidária

Ementa: Aspectos históricos sobre finanças solidárias. Experiências de finanças solidárias. Conceito de políticas públicas. Principais políticas públicas da Economia Solidária. Marcos legais, redes e experiências. Incubação, extensão, pesquisa, educação. Elaboração do Plano de estudo para

o Tempo comunidade. Aula de campo na comunidade educadora do Território Quilombola da Bacia e Vale do Iguape.

Bibliografia Básica:

HENRIQUES, F.; LIANZA, S. (Orgs.). **A economia solidária na América Latina**: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SINGER, P. **Utopia militante**: repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia (Orgs.). **Economia dos setores populares**: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: OIKOS, 2007.

10. Aspectos Jurídicos da Economia Solidária e do Cooperativismo

Ementa: Marco Legal da Economia Solidária. Lei trabalhista e tributária. Legislação do cooperativismo e do associativismo. Estrutura organizacional de uma cooperativa e de uma associação. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

Bibliografia Básica:

CENZI, N. L. **Cooperativismo**: desde as origens ao projeto de Lei do Sistema Cooperativo Brasileiro. São Paulo: Juruá, 2009.

LIMA, R. F. **Direito cooperativo tributário**. São Paulo: Max Limonada, 2009.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Recife – PE: FASE, 2000.

Bibliografia Complementar:

BAHIA. **Política estadual de apoio ao cooperativismo**. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/231135/lei-11362-09>>.

FBES. **Pelo direito à economia solidária**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5086&Itemid=262>.

UNISOL. **Diferença entre associação, cooperativa e empresa**. Disponível em: <<https://unisols.wordpress.com/2013/08/21/289/>>.

BRASIL. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>.

Unidade Formativa 6 – INTRODUÇÃO AO TURISMO

11. Fundamentos do Turismo e Crítica ao Turismo Convencional

Ementa: Fundamentos do Turismo convencional. História social do turismo. Sociologia e Antropologia do Turismo. Análise crítica do turismo. Tendências do turismo na contemporaneidade. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

Bibliografia Básica:

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2007. Vol. 1.

RODRIGUES, A. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, M.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO.

MAGALHÃES, L. **Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica**. Rio de Janeiro: IVT, [s.d.].

BRITO, F. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: EDFUBA, 2005.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2001.

SAMPAIO, C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2005.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 2007

VIGNATI, F. **Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países**. Rio de Janeiro: SENAC, 2008.

Bibliografia Complementar:

SIQUEIRA, D. História social do turismo. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Vieira, 2005.

GOMES, L. **Luzes e sombras no litoral norte da Bahia: estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais**. Salvador: EDUNEB, 2013.

BRASIL. Cadernos e Manuais de Segmentação do Ministério do Turismo. Brasília: 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/43-cadernos-e-manuais-de-segmentacao.html>>.

GRÜNEWALD, R. **Os índios do descobrimento: tradição e turismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001. 203 p.

12. Turismo, campo e economia solidária

Ementa: Pluriatividade e multifuncionalidade. Turismo, autogestão e economia solidária. Turismo e Sustentabilidade e relações com Unidades de Conservação. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

Bibliografia Básica:

GASCÓN, J.; OJEDA, D. **Turistas y campesinado**: el turismo como vector de cambio de las economías campesinas en la era de la globalización. Madrid; El Sauzal (Tenerife): Foro de Turismo Responsable; ACA; PASOS; RTPC, 2014.

WANDERLEY, M. N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**: revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/178>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

CANDIOTTO, L. Z. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2009. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/aspectos_hist%C3%B3ricos_e_conceituais_da_multifuncionalidade_da_agricultura.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

COSTA, H. **Destinos do turismo**: percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

Bibliografia Complementar:

ELESBÃO, I. O turismo no contexto das transformações do espaço rural brasileiro. In: CRISTÓVÃO, A. *et al.* (Orgs.). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

CLEMENTINO, W. Falta de estrutura e possibilidades faz com que jovens abandonem o campo. Brasília, DF: MST, ago. 2012. Entrevista concedida a José Coutinho Júnior. Disponível em: <<http://mst.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

Unidade Formativa 7 – TURISMO COMUNITÁRIO I

13. Fundamentos do Turismo Comunitário

Ementa: Princípios, valores e práticas do Turismo Comunitário e outras Atividades Não Agrícolas como atividades contra hegemônicas ou como proposta alternativa ao modelo convencional e de massa. Produtos e Serviços turísticos comunitários como tecnologias sociais; cadeia produtiva e colaborativa do turismo comunitário, formas organizativas, redes. Regionalização e Segmentação aplicadas ao Turismo Comunitário. Proposta de territorialização das Políticas de Turismo.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, C. A Procura do outro. In: SESC: **Turismo social**. São Paulo: SESC, 2012.

COSTA, H. Destinos do Turismo: percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PROJETO BAGAGEM. **Semeando o turismo comunitário pelo Brasil**. São Paulo: Projeto Bagagem, 2011. (Série Turisol de Metodologias – Turismo Comunitário – Parte 1).

PROJETO BAGAGEM. **Semeando o turismo comunitário pelo Brasil**. São Paulo: Projeto Bagagem, 2011. (Série Turisol de Metodologias – Turismo Comunitário – Parte 2).

MENDONÇA, T.; IRVING, M. Realidade e desafios na construção de projetos turísticos de base comunitária. In: TREVISAN, S. (Org.). **Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local**. Ilhéus: Editus, 2006.

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. Apresentação. In: _____. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

RAMIRO, P. Novas maneiras de cultivar a terra? O turismo como alternativa não-agrícola em assentamentos rurais. In: ENCONTRO ANUAL da ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2014.

ANDRADE, A.; OLIVEIRA, O., MAGANHOTTO, R. **Turismo e sustentabilidade em comunidade quilombola**. Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

ARAÚJO, J. et al; Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In: HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C.; SAMPAIO, C. (Orgs.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011.

MALTEZ, T. **Turismo de base comunitária: a tecnologia social como alternativa de organização e gestão do território**. 2013. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Bibliografia Complementar:

RODRIGUES, A. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: _____. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2003.

TREJOS, B. Redes de apoio al turismo comunitário em Costa Rica. San José: Universidad de Costa Rica, 2007.

14. Experiências de Turismo Comunitário

Ementa: Exemplos de turismo comunitário no Brasil e no exterior. Experiências de turismo comunitário na Bahia. Experiência de Turismo Comunitário e Economia Solidária (Rota da Liberdade-Kaonge-Cachoeira). Produção Científica em Turismo Comunitário. Experiências de hospedagens familiares e comunitárias, condução de visitantes, elaboração de roteiros e o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural e Universitária (Chapada Diamantina). Experiência de Circuitos de Caminhadas na Natureza ANDA BRASIL (Recôncavo). Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade. Aula de campo nas comunidades educadoras dos Assentamentos do município de Itaetê e Nova Redenção: Baixão, Rosely Nunes e Andaraí/Poço Azul.

Bibliografia Básica:

COSTA, H. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

LENZ, T. Arranjo socioprodutivo de base comunitária e turismo comunitário: delineando aproximações. In: HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C.; SAMPAIO, C. (Orgs.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011.

PROJETO BAGAGEM. **Turismo e resistência na zona costeira cearense**. São Paulo: Projeto Bagagem, 2011. (Série Turisol de Metodologias – Turismo Comunitário).

RAMIRO, R.; SILVA, K.; TEIXEIRA, B. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

Bibliografia Complementar:

OIT. Memoria IV Encuentro Latinoamericano. Genebra: OIT, 2006. (Serie Red de Turismo Sostenible Comunitario para América Latina – REDTURS - Documento de trabajo núm. 77).

CAMPOS FILHO *et al.* **Turismo rural de base comunitária em assentamentos de reforma agrária: breve trajetória do Programa Terra Sol do INCRA - Bahia**. Salvador: 2010. Mimeografado.

Unidade Formativa 8 – TURISMO COMUNITÁRIO II

15. Fundamentos de Produção Associada ao Turismo aplicada ao Turismo Comunitário

Ementa: Produção Associada ao Turismo: produção agropecuária, produção artística, artesanatos e gastronomia. Vinculação da produção associada ao turismo com a agroecologia, com a identidade cultural/modo de vida dos povos, com a Indicação Geográfica de Produtos-IG e com o desenvolvimento territorial. Higiene e manipulação de alimentos. Segurança Alimentar e Nutricional. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Ministério do Turismo. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas. Associação de Cultura Gerais. **Manual para o Desenvolvimento e a Integração de Atividades Turísticas com Foco na Produção Associada**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2011.

DALLABRIDA, V.; MAIORKI, G. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura: Revista INTERAÇÕES** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local é um periódico da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan.-jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/151870122015101>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

DIAS, R.; MACHADO, G. Patrimônio cultural e turismo: educação, transformação e desenvolvimento local. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 8, p. 1-11, out.-nov.-dez./2009.

POLLAN, M. **Cozinar: uma história natural da transformação**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PEREIRA, L. *et al.* SENAC. **Boas práticas na manipulação de alimentos**. Rio de Janeiro: SENAC, 2012.

SCHNEIDER, O. F. **Segurança alimentar e nutricional: tecendo a rede de saberes**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

Bibliografia Complementar:

DIAS, R.; MACHADO, G. Patrimônio cultural e turismo: educação, transformação e desenvolvimento local. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 8, p. 1-11, out.-nov.-dez./2009.

BRASIL. **Manual de Boas Práticas de Manipulação em Bancos de Alimentos**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; EMBRAPA, 2006.

16. Ecogastronomia

Ementa: A questão do alimento em comunidades tradicionais e em assentamentos de reforma agrária. Ecogastronomia e Movimento Slow Food. Educação do Gosto. Experiência prática de integração à Rede Terra Madre/Comunidade Mundial do Alimento com a comunidade quilombola do Kaonge-Cachoeira (Recôncavo). A experiência de educadores do curso como associados do Slow Food. Elaboração do Plano de estudo para o Tempo comunidade.

Bibliografia Básica:

BOGLIOTTI, C. *et al.* A centralidade do alimento. Turin: Slow Food, 2012.

CAMPOS FILHO, A.; CAZENAVE-TAPIE, R. (Orgs.). Culinária de raiz dos assentamentos da Chapada Diamantina. Salvador: 2013. Mimeografado.

PETRINI, C. **Slow Food**: princípios da nova gastronomia. São Paulo: SENAC, 2010.

Bibliografia Complementar:

BARZANO, C.; FOSSI, M. **Pequeno Manual de Educação Sensorial**. Bra: Slow Food, 2009

SLOW FOOD. **Até as origens do gosto**. Bra: Slow Food, 2009.

Unidade 9 – SEMINÁRIO FINAL - Seminário final integrador de apresentação de trabalhos de conclusão do curso e de avaliação do executado.

17. Trabalho de Conclusão de Curso

Ementa: Orientação de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Seminário de Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.

2.15 Infraestrutura existente: indicação de instalações, equipamentos, recursos bibliográficos e apoio técnico e administrativo disponíveis, identificando o que será utilizado para a proposta de curso

2.15.1 Instalações

O curso acontecerá no CETENS, campus UFRB Feira de Santana e nos empreendimentos econômicos solidários das comunidades educadoras selecionadas: quilombolas da Bacia e Vale do Iguape em Cachoeira e nas comunidades da rede de articulação de assentamentos da Chapada Diamantina em Itaetê.

O CETENS dispõe de salas climatizadas para as aulas das unidades formativas, laboratório de informática e estrutura administrativa de apoio.

As comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape (Kaonge e Santiago do Iguape) dispõem de espaço coletivo para recepção de visitantes e do espaço da escola municipal Cosme e Damião, e das estruturas do banco comunitário e de realização de oficinas de artesanato e moda afro e espaços ao ar livre de demonstração dos sistemas de produção, além de cozinha coletiva para demonstração da gastronomia típica.

Os assentamentos de Itaetê (Baixão e Roseli) dispõem de estrutura de recepção de visitantes no Centro de Cultura e na pousada comunitária, e estrutura para fornecimento de refeições para grupos, espaços de hospedagem na pousada e nas casas de assentados, trilhas para demonstração das técnicas de condução de visitantes com integração de atrativos naturais (cachoeiras) e atrativos culturais (lotes produtivos, cotidiano da comunidade e história do movimento social e de luta pela terra).

2.15.2 Biblioteca

A UFRB dispõe de biblioteca central com livros e periódicos de todas as áreas do conhecimento. Sobre a bibliografia referente às temáticas do curso serão disponibilizados exemplares do CETENS a partir da articulação com outros centros da UFRB e das entidades parceiras visando à acessibilidade dos discentes.

2.15.3 Apoio técnico e administrativo

Será realizado pelos servidores do CETENS e das demais unidades envolvidas no curso.

2.16 Planilha orçamentária

Não se aplica.

2.17 Recursos financeiros (existentes e a serem obtidos, explicando se existe participação das agências de fomento)

Não se aplica.

2.18 Corpo técnico administrativo

Gerente Técnica: Gerência Técnica Administrativa do CETENS.

Secretária: Secretária Administrativa do CETENS.

2.19 Relação de professores com titulação, regime de trabalho e disciplina a ser ministrada. Anexar os respectivos currículos lattes e a comprovação da titulação acadêmica mais alta (dispensável para os membros de corpo docente permanente do curso de pós-graduação *strictu sensu* da UFRB)

A relação será elaborada a partir do processo seletivo interno e externo e dos educadores das entidades parceiras que serão convidados.

2.20 Anuência dos centros

Quanto à participação de seu pessoal no curso, termo de responsabilidade dos docentes ou profissionais não pertencentes aos quadros da UFRB, ambos acompanhados da declaração de cada docente comprometendo-se a preparar o material didático e ministrar o componente curricular a ser elaborado com o colegiado a ser instalado e com o corpo docente a ser selecionado.

2.21 Regimento interno do curso

O regimento será elaborado pelas instâncias responsáveis na UFRB

3 TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que este trabalho se constitui num dos produtos possíveis de tecitura entre educação do campo, economia solidária e turismo comunitário, considerando que são três áreas do conhecimento que ensaiam ainda seus primeiros passos como territórios educativos entrelaçados.

Outros produtos podem ser construídos a partir de uma teia de conhecimento composta com os movimentos sociais e sindicais do campo, universidades e organizações governamentais e da sociedade civil, inclusive para atender as demandas de formação já postas por estes sujeitos do campo na Bahia, que não foram contempladas no PPP apresentado, como cursos de capacitação e cursos de nível superior específico de turismo, assim como introduzir o tema em processos educativos da educação do campo de ciências agrárias, ambientais e sociais no âmbito do PRONERA e do PRONACAMPO.

Considerando a experiência nesta pesquisa de articulação com o NEDET do IFBA Chapada, e da formalização da parceria com a UFRB para a realização do curso de pós-graduação proposto, também torna-se oportuna a ideia da implantação de um ambiente de pesquisa, inovação e extensão, entre estas instituições (e outras interessadas) que investigue a temática do turismo comunitário e da economia solidária, articuladas com a educação do campo, que possa desenvolver materiais didáticos nessa temática, apropriados a realidade dos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas.

Conclui-se que esta pesquisa atingiu os seus propósitos. Respondeu ao problema de como a educação do campo pode contribuir para o fortalecimento do turismo comunitário, praticado sob os princípios da economia solidária, pelos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas. Atendeu aos seus objetivos, apresentando um estudo que caracterizou e relacionou os territórios educativos da educação do campo, da economia solidária e do turismo comunitário, demonstrando seus vínculos, convergências e suas proximidades dialógicas, e apresentou uma proposta de um Projeto Político Pedagógico – PPP - de curso de especialização inspirado no PRONERA nestas temáticas, que vai de encontro a demandas apresentadas pelos sujeitos do campo envolvidos na pesquisa.

Diante disso, e das oportunidades e possibilidades elencadas acima, espera-se que os elementos que esta pesquisa trouxe possam contribuir na tecitura de novos territórios de esperança para os povos e comunidades do campo, das florestas e das águas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES-ROCHA, M. A experiência dos asseguradores do PRONERA na gestão de uma política pública: o que nos ensina? In: MARTINS, M.; RODRIGUES, S. (Orgs). **PRONERA: experiências de Gestão de Uma Política Pública**. São Paulo: Compacta, 2015. 204 p.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO. Documento-síntese do Seminário da articulação nacional por uma educação básica do campo. In: ARROYO, M.; FERNANDES, B. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: [s.n.], 1999. 46 p. (Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n. 2).
- _____. Por Uma Educação do Campo: Declaração 2002. In: CALDART, R.; CERIOLI, P.; KOLLING, E. (Orgs.). Educação do campo, identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002. 92 p. (Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n. 4).
- BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. Apresentação. In: _____. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 508 p.
- BOGO, A. A questão da educação do campo e as contradições da luta pelo direito. In: NASCIMENTO, A.; RODRIGUES, R.; M., SODRÉ. (Orgs). **Educação do Campo e Contemporaneidade**. Salvador: EDUFBA, 2013. 350 p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, 2004. 22 p.
- _____. Presidência da República. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Seção 1, p. 1.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2012. Seção 1, p. 26 a 30.
- _____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES. **Atlas Digital da Economia Solidária**, 2013. Disponível em: <<http://atlas.sies.org.br>>. Acesso em: 30 out. 2015.
- _____. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **O que é economia solidária**. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/o-que-e>>. Acesso em: 30 jan. 2016.
- BRUZIGUESSI, E. Recriando a formação nas ciências agrárias para uma atuação com maior compromisso social: estudo de caso do Programa Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará. In: SANTOS, C.; MOLINA, M.; JESUS, S de. (Orgs.). **Memória e história do PRONERA: contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a**

educação do campo no Brasil. Brasília, DF: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 360 p.

CALDART, R. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, M; JESUS, S. (Orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: [s.n.], 2004. 75 p. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 5).

_____. Educação profissional na perspectiva da educação do campo. In: _____. (Org.) **Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular; ITERRA, 2010. 248 p.

_____. Educação do Campo. In: ALENTEJANO, P. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Brasília, DF: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

CAMPOS FILHO, A. *et al.* Turismo rural de base comunitária em assentamentos de reforma agrária: a breve trajetória do Programa Terra Sol do INCRA - BA. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CITURDES, 7., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010. 1 CD-ROM.

CANÇADO, A.; VIEIRA, N. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular: entendendo e discutindo as diferenças entre cooperativas tradicionais e populares. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 23, n. 1, p. 23-40, jan.-mar. 2013.

CANDIOTTO, L. Z. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2009. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/aspectos_hist%C3%B3ricos_e_conceituais_da_multifuncionalidade_da_agricultura.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2016.

CARVALHO, H.; COSTA, F. Campesinato. In: ALENTEJANO, P. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Brasília, DF: Expressão Popular: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

CASIMIRO, M. Uma residência para as ciências agrárias: saberes coletivos para um projeto camponês e universitário. In: MOLINA, M. *et al.* (Orgs.). **Educação do campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília, DF: MDA, 2009. 424p. (NEAD Experiências 2).

CLEMENTINO, W. Falta de estrutura e possibilidades faz com que jovens abandonem o campo. 2012. **MST**, Brasília, DF, ago. 2012. Entrevista concedida a José Coutinho Júnior. Disponível em: <<http://mst.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

CORAGGIO, J. Que es lo econômico y que es outra política? In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. (Orgs.). **A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão - UFRJ, 2012. 204 p.

COSTA, H. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 166 p.

DAL RI, N.; VIEITEZ, C. **Educação democrática e trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone; Fapesp, 2008. 350p.

ELESBÃO, I. O turismo no contexto das transformações do espaço rural brasileiro. In: CRISTÓVÃO, A. *et al.* (Orgs.). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: UFRGS, 1987. 272 p.

FERNANDES, B. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 152 p.

_____. **Sobre a tipologia de territórios**. Presidente Prudente: [s.n.], 2008. Mimeografado. 20p.

FISCHER, M.; TIRIBA, L. Produção associada e autogestão. In: ALENTEJANO, P. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Brasília, DF: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2013.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - FONEC. Notas para análise do momento atual da educação do campo - Seminário Nacional. In: NASCIMENTO, A.; RODRIGUES, R.; SODRÉ, M. (Orgs.). **Educação do campo e contemporaneidade**. Salvador: Edufba, 2013. 346 p.

_____. **Documento Final do III Seminário Nacional**. Brasília: FONEC, 2015. 6 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>. Acesso em: 30 out. 2015.

FRANÇA FILHO, G. Indicadores para a sustentabilidade em economia solidária: uma questão de utilidade social. In: KRAYCHETE, G; CARVALHO, P. (Orgs.). **Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo, 2012. 152 p.

HENRIQUES, F.; THIOLENT, M. Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR) da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)**, Belém, v. 15, n. 2, p. 89-105, nov. 2013. Disponível em:<<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/4736/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-IN CRA (Brasil). **Relatório de Metas Físicas do Convênio INCRA/FUNDEF/TERRA SOL/SR-05**. Salvador, 2013. 50 p.

_____. **Manual de Operações do Pronera**. Brasília: MDA-INCRA, 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/novo-manual-do-pronera-incentiva-inovacao-tecnologica-e-integracao-com-politicas-publicas>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

MINTO, L. Educação superior e movimentos sociais: sentido histórico e questões atuais. In: RODRIGUES, F.; NOVAES, H; BATISTA, E. (Orgs.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MOLINA, M. Educação do campo: novas práticas construindo novos territórios. In: ANTUNES-ROCHA, M.; MARTINS, M.; MARTINS, A. (Orgs.). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 272 p.

PICANÇO, I.; TIRIBA, L. Introdução. In: _____. (Orgs.). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida: Ideias & Letras, 2004. 298 p.

PROJETO BAGAGEM. **Semeando o turismo comunitário pelo Brasil**. São Paulo: Projeto Bagagem, 2011. 29 p. (Série Turisol de Metodologias – Turismo Comunitário – Parte 1).

RAMIRO, P. **UNESP em campo: o papel da universidade para o (re)conhecimento local**. In: SAGAWA, R. (Org.). **Os enlacs da economia solidária**. Curitiba: CRV, 2012. 144 p.

REDE DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF1A3B9329B0/conf_rede.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

SAMPAIO, C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2005. 146 p.

_____. Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Revista Turismo em Análise do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo-USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 148-165, nov. 2007. Disponível em: <<https://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/375>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SANTOS, C. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a licenciatura em educação do campo na UnB**. Brasília, DF: Líber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012. 202 p.

_____. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. In: ALENTEJANO, P. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Brasília, DF: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

SIQUEIRA, J. Direito ao direito: uma experiência de luta pela efetividade da promessa constitucional do direito ao acesso universal à educação. In: ANTUNES-ROCHA, M.;

MARTINS, M.; MARTINS, A. (Orgs.). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 272 p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 137 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB. **Projeto político pedagógico do curso de especialização em educação do campo e desenvolvimento territorial brasileiro**. Amargosa: Centro de Formação de Professores; Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, 2010. 18 p.

_____. **Projeto político pedagógico do curso de especialização em trabalho, educação e desenvolvimento para a gestão da educação profissional**. Feira de Santana: Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade, 2013. 41 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN. **Proposta pedagógica de residência agrária: especialização em economia solidária e desenvolvimento territorial**. Natal: Programa de Pós-Graduação em Administração, 2016. 53 p.

VELLOSO, T.; LOCATEL, C. A trajetória do movimento cooperativista no Brasil: da vertente de controle estatal para instrumento de promoção de desenvolvimento regional. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CONLAB, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 7 a 10 de agosto de 2011. 16 p.

VELLOSO, T. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento territorial: a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia**. 2013. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 323 f.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. **O campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Curitiba; Brasília: 2004. Mimeografado. 324 p.

VIGNATI, F. **Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países**. Rio de Janeiro: SENAC, 2008. 256 p.

WANDERLEY, M. N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/178>>. Acesso em: 9 mar. 2016.